

Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz



ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE
JOAQUIM VENÂNCIO

Vitória Rodrigues de Oliveira

A ECONOMIA FARDADA: Uma análise do modelo miliciano de negócios no Rio de Janeiro

Rio de Janeiro

2022

Vitória Rodrigues de Oliveira

A ECONOMIA FARDADA: Uma análise do modelo miliciano de negócios no Rio de Janeiro

Monografia apresentada à Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio – Fundação Oswaldo Cruz (EPSJV-Fiocruz) como requisito parcial para aprovação no Curso Técnico em Gerência em Saúde.

Orientador: Dr. Daniel de Souza Campos

Rio de Janeiro

2022

Vitória Rodrigues de Oliveira

A ECONOMIA FARDADA: Uma análise do modelo miliciano de negócios no Rio de Janeiro

Projeto de Monografia apresentado como requisito
para aprovação no Curso Técnico em Gerência em
Saúde.

Aprovado em __/__/__.

BANCA EXAMINADORA

Daniel de Souza Campos
Escola de Serviço Social da UFRJ

Joilson Santana Marques Junior
Escola de Serviço Social da UFRJ

Monique de Carvalho Cruz
Escola de Serviço Social da UFRJ

Rio de Janeiro

2022

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – A queda do memorial da Chacina do Jacarezinho	12
FIGURA 2 – Prédio da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio	14
FIGURA 3 – Capa de reportagem sobre o domínio das milícias em condomínios populares	17
FIGURA 4 – Mapa dos Grupos Armados do Rio de Janeiro	46

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito

PM – Polícia Militar

RMRJ – Região Metropolitana do Rio de Janeiro

SDE – Serviço de Diligências Especiais

TVTRAMA – Turma Volante de Repressão aos Assaltos à Mão Armada

UPP – Unidade de Polícia Pacificadora

*Dedico esse trabalho à
Luciana Gomes Lima.*

AGRADECIMENTOS

Agradecer é uma forma de demonstrar não apenas a gratidão, mas sim reconhecer que os caminhos são coletivos e que as trajetórias só são possíveis através da colaboração de quem cruza a nossa história. Pode ser que falte uma menção ou outra neste curto texto, mas se você já me fez sorrir, que é o ato que me deixa mais perto de sentir o que me faz ter sentido, tem você aqui.

Antes de qualquer outro coletivo, o mais importante é a família, que possibilitou que eu existisse através da reprodução e pelo carinho. Um alô para meus queridos irmãos, Vitor e Tiago, mas o que me faz ter firmeza para botar a cara a tapa em muitos cenários, inclusive em uma monografia de um tema tão delicado, foi o fato de ter crescido em volta de mulheres inspiradoras e resilientes. Meu muito obrigada para Regina, Raymunda, Leticia e, especialmente, para Luciana, uma pessoa já fora deste círculo que assim como amou me ver entrando no ensino médio, me daria o abraço mais gostoso do mundo ao sair dele.

Dedico tudo isso aqui à escola pública, que apesar de suas mil dificuldades estruturais, possibilitou que eu estivesse aqui. Aos brilhantes profissionais da Escola Municipal Octávio Tarquínio de Souza, Escola Municipal Deputado Hilton Gama e à Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio da Fundação Oswaldo Cruz, a minha eterna gratulação. Ao professor e orientador Daniel Campos, obrigada por ter escolhido botar fé nessa loucura de monografia.

Esses espaços educacionais também fizeram com que eu chegasse a lugares inimagináveis e conhecesse alguns dos seres que me fazem carregar a certeza de que sempre estarei disponível no para essas pessoas seja para um rolê em um café, uma ida a um museu ou para ser um ombro livre para abraços e lágrimas. Um abraço mais do que forte para Ana Luiza Duino, Bu Varela, Gabri Kucuruza, Marcela Marcondes, Mateus Badaró, Nayara Almeida e Paloma Carvalho.

Não menos importante, às pessoas maravilhosas com quem cruzei ao longo dos meus poucos, mas longos, anos de ativismo. O conjunto dessa galera e de organizações fez com que eu, inclusive, descobrisse que quero dedicar a minha vida à produção de políticas públicas que tornem o povo protagonista de todo e qualquer processo político. Ligado a isso, agradeço a vereadora, ativista e socióloga Marielle Franco, a quem jamais pude sequer cumprimentar, mas que sempre está a me inspirar com a sua força que vive em muitas, inclusive em mim.

Por fim, obrigada a mim mesma por mergulhar de olhos abertos mesmo quando a água salgada e os grãos de areia fazem arder.

*Não aceito um Brasil
que vive de perguntar
quem mandou matar.
(Andréa Pachá, 2022)*

RESUMO

Essa monografia tem como objetivo analisar o crescimento do domínio econômico de grupos armados paramilitares no município do Rio de Janeiro com um olhar para a ausência de serviços básicos como fonte de lucro. Com a promessa de trazer paz contra assaltos armados e combater o tráfico de drogas, as milícias, que apenas começaram a se organizar de forma semelhante a dos dias atuais no início do Século XXI, se espalharam rapidamente pela Região Metropolitana do Rio de Janeiro, conquistando territórios, influência política, armas de guerra e negócios através da imposição da sensação de medo e dever de submissão de moradores das áreas ocupadas. Através do materialismo histórico e dialético, busca-se analisar como estes grupos detêm tanto poder nos dias atuais. Tem-se como conclusões a ligação direta da violência como estrutura de dominação capitalista, o racismo como motivador do apoio miliciano pelo Estado, o uso contínuo de estratégias falhas de combate à violência urbana no Rio de Janeiro e que direitos básicos são utilizados como ferramenta de aquisição de poder.

Palavras-chave: Milícias; Rio de Janeiro; Segurança Pública; Racismo

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	07
2. CAPÍTULO I - AS DINÂMICAS DE DESIGUALDADES NO RIO DE JANEIRO	11
2.1. O sangue que deságua no Rio	11
2.2. Um panorama do não-direito à cidade	16
3. CAPÍTULO II - ESSENCIALMENTE ENTRELAÇADOS: CAPITAL E RACISMO	21
3.1. Uma relação estrutural	21
3.2. Os corpos que por nada pagam	25
4. CAPÍTULO III - A MANUTENÇÃO ESTATAL DE VIOLÊNCIAS: A MANUTENÇÃO ESTATAL DE VIOLÊNCIAS	29
5.1. Uma linha do tempo	29
5. CAPÍTULO IV - OS GOVERNOS MILICIANOS	37
5.1. Qual bandido é bom morto?	37
5.2. Lucrar para dominar	41
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	47
8. REFERÊNCIAS	50

1. INTRODUÇÃO

A cidade “maravilhosa”, comumente referenciada nas composições de Tom Jobim e Vinícius de Moraes¹, é repleta das mais distintas belezas: praias, florestas, cachoeiras, entre outros cenários deslumbrantes, para além das singularidades culturais que só são possíveis de serem encontradas na população carioca. Entretanto, na capital do Estado do Rio de Janeiro, onde várias cidades estão misturadas em uma só, o município não é só purgatório da beleza, mas também do caos, como na famosa canção de Fernanda Abreu.²

Para conter a balbúrdia³ existente neste território desde a sua criação, a atual Polícia Militar (PM) carioca surge em 1809 representando em seu brasão duas armas de fogo entrelaçadas, uma coroa e duas plantas protegidas, sendo elas a cana de açúcar e o café. Com este símbolo, é notório que a primeira PM do Brasil tem como objetivo proteger àqueles que possuem propriedades e geram riquezas (CARREIRA, 2019).

Desde então, seguiu suas atividades com o suposto objetivo de garantir o direito à segurança pública através da tortura e de violações nos ambientes habitados majoritariamente por pessoas negras que não tiveram qualquer amparo do poder público pós-abolição. Para explicar o crime organizado e fardado, é impossível não mencionar, como fundamentais para a constituição do que conhecemos hoje como milícia, a Polícia Mineira e os grupos de extermínio, fortalecidos pela Ditadura Militar. Para mencionar-se como exemplo, há a *Scuderie Le Cocq*⁴, que é se não o mais famoso grupo de todos, possuindo o lema de “dez bandidos para cada policial morto” (Barbosa, 1971, p. 43).

Tais grupos, formados por policiais militares, viram nos espaços abandonados pelo poder público a oportunidade de defender, por conta própria, a população local do tráfico de drogas. De acordo com Chaves (2014), essa segurança alternativa rapidamente teve adesão por parte da população, que encontrava-se aterrorizada e amedrontada pelo narcotráfico.

Ao invés de visualizarmos a promoção de políticas públicas, o que podemos afirmar é que assistimos a manutenção de um Estado coercitivo, sobretudo no campo dos direitos sociais e políticos. Ao invés de um projeto de garantia de direitos por parte de moradores de periferias

¹ Tom Jobim e Vinícius de Moraes foram uma famosa dupla de compositores da bossa nova no Brasil.

² Referência à canção Rio 40 Graus, composta em 1992 por Fernanda Abreu, Fausto Fawcett e Laufer.

³ Palavra escolhida após o Presidente Jair Bolsonaro ter dito que as instituições de ensino promovem balbúrdia.

⁴ Grupo de extermínio composto criado em 1965, motivado pelo assassinato do detetive Milton Le Cocq.

destes espaços, de acordo com Mendonça (2014), a famosa pacificação por parte da PM é um conceito em ‘forma-Estado’ que aborda práticas policiais com a justificativa de um ‘vale-tudo’ pela paz. Importante, também, é questionar-se o significado desta paz.

A partir disso, a punição para aqueles que não seguem as ordens impostas pelos milicianos, como usuários de drogas ilícitas e cometedores de furtos, é obrigatória e serve para que os paramilitares pratiquem diversas violências em nome do bem comum. Como se já não bastasse a violência cotidiana, os homens que antes diziam apenas ter o interesse em preservar a vida de famílias, viram nestes locais o seu próprio potencial de lucro através da ausência de serviços básicos como gás, galões de água potável, transporte e mais.

Segundo HIRATA et al., (2021, p.5), as milícias, então, “controlam ilegalmente ou cobram taxas extorsivas sobre os mercados de serviços essenciais como água, luz, gás, TV a cabo, transporte e segurança, além do mercado imobiliário.” Esta geração de renda é imposta, conforme mencionado anteriormente, através da imposição do medo e práticas violentas, o que faz com que os negócios milicianos sejam investimentos com bons retornos financeiros. Mas, como seria possível que governantes cariocas permitissem essa realidade se instalar? Quais interesses econômicos estão em jogo?

A ideia da naturalização da prática de lucro sob direitos básicos e serviços que deveriam ser regulamentados não é atual e só ocorre, pois a milícia tem o aval do poder público (BORGES, 2020). Como disse Manso (2020, p.54), “em vez de garantir direitos e livrar a população de tal opressão, a omissão do poder público ampliou o problema, dando espaço para o surgimento desses governos genéricos, que nada mais são do que tiranias paramilitares.”

O envolvimento de servidores públicos com as milícias já era sabido, porém foi confirmado com a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) das Milícias, requerida pelo então deputado estadual do Rio de Janeiro Marcelo Freixo. Realizada em 2008, indiciou 266 pessoas, entre elas sete políticos. Mesmo seu relatório mostrando a gravidade do problema, dez anos depois, Marés, Resende e Afonso (2018) mostraram que as recomendações não foram adotadas, visto que sugestões à lei eleitoral não foram atendidas, o judiciário não está integrado com as forças de segurança para investigação contra as milícias e o domínio territorial miliciano foi expandido.

Por fim, para entender o fortalecimento das milícias é indispensável mencionar o conceito de necropolítica (MBEMBE, 2011), que dita quem vive e quem morre. As pessoas violentadas

são pretas, pobres e periféricas, reféns e alvos dos milicianos nas localidades que dominam e nos morros dominados pelo tráfico que almejam conquistar para expandirem seus lucros, abandonando assim seus frágeis princípios quebrados pela ganância do capital.

No meio de tantas balas racializadas (MARQUES JUNIOR, 2020), a economia fardada faz do medo sua principal arma para invadir corpos vulneráveis e tirar dos mesmos o resultado de tantas horas de exploração no ambiente que diz os dignificar: o dinheiro. Nas palavras de uma música que realmente fala da realidade da cidade maravilhosa, os paulistas Racionais MC's cantam: “Muita pobreza, estoura violência / Nossa raça está morrendo / Não me diga que está tudo bem”.

Comecei a perceber o caos do Rio por ser uma menina que cresceu em uma Pavuna violenta e ter me mudado para uma São João de Meriti ainda mais. Aos 13 anos de idade, logo após ter saído de casa pela violência doméstica cometida pelo meu pai, vi a mesmas pessoas que o defendiam comemorando o assassinato da vereadora Marielle Franco. Não entendia a razão daquilo, mas compreendi que lidar com as violências do Rio de Janeiro era um assunto sério e urgente. Me indignei, e sozinha, vi no Google que a minha própria cidade era um berço de grupos de extermínio.

Percebi como a violência urbana poderia afetar a minha vida quando iniciei meu ensino médio na Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, em 2019. Para além de ter tido diversas viagens de trem interrompidas por operações policiais no Jacarezinho, onde inclusive por conta de uma delas me deparei pela janela do vagão com a imagem de um homem morto em uma poça de sangue, as minhas notas da escola despencaram.

Soube, através de um amigo querido, Tiago Lopes Marques, que havia um programa chamado Parlamento Jovem Brasileiro, que levava jovens estudantes para Brasília para apresentarem e defenderem seus projetos de lei como deputados federais. Aos 15 anos, escrevi, com o conselho e ajuda de professores e profissionais do Ministério Público e do Fundo das Nações Unidas para a Infância, o projeto de lei que instituiria o Institui o Programa de Redução dos Impactos da Violência Urbana nas Escolas⁵. Apesar de não ter viajado por conta da Covid-19, foi ali que conheci movimentos sociais e entendi que a violência é também um problema meu.

Neste contexto, o meu interesse por entender as violências urbanas no Rio cresceram. Agora, com 18 anos, entendo que o meu projeto de lei não é a solução para combater os impactos

⁵ Disponível em: <https://midias.camara.leg.br/pjb/participe/projeto/51/detail>. Acesso em 23 out 2022.

da violência urbana para estudantes como eu, mas por causa dele, eu entendi que quero pesquisar e compreender o campo minado que é a violência cometida pelo crime organizado e pelo estatal. Essa pesquisa é a primeira de muitas para combater o crime na raiz, e não no tiro.

Nesse caminho, a presente monografia tem por objetivo geral analisar a estrutura social que permite a expansão e fortalecimento de grupos paramilitares no município do Rio de Janeiro, com ênfase na influência do capital e nas raízes da naturalização da violência contra corpos majoritariamente negros e pobres.

Já os objetivos específicos estão direcionados para:

- Analisar a agressividade necessária para a dominação de sociedades pelo capital;
- Compreender o racismo como parte fundamental para a eliminação física e simbólica dos corpos negros e pobres em territórios periféricos;
- Apresentar os eixos de conexão entre a polícia militar e grupos paramilitares no município do Rio de Janeiro.

Assim, a pesquisa que dá base a este Trabalho de Conclusão de Curso tem o método materialista histórico e dialético (PEREIRA et al., 2018) como o norteador dos processos de investigação e análises realizadas. O método materialista histórico e dialético foi adotado por, em nosso entendimento, promover as condições para apreender a estrutura social que permite a expansão e fortalecimento de grupos paramilitares no município do Rio de Janeiro, com ênfase na influência do capital e nas raízes da naturalização da violência contra corpos majoritariamente negros e pobres.

A pesquisa exclusivamente de fontes bibliográficas nas bases de dados Lilacs e Scielo manteve em seu desenho metodológico um caráter de aproximações sucessivas não lineares com a realidade e uma flexibilidade na apreensão dos dados no sentido de garantir uma análise dialética na qual o objeto de estudo pudesse ser constantemente revisto, analisado e criticado.

Por fim, planeja-se realizar a monografia está estruturada em quatro capítulos, discutindo capital e racismo, as dinâmicas de desigualdade no Rio de Janeiro, a importância da Polícia Militar na manutenção da violência urbana e as táticas de lucro para a conquista de poder pelos criminosos.

2. CAPÍTULO I - AS DINÂMICAS DAS DESIGUALDADES NO RIO DE JANEIRO

2.1. *O sangue que deságua o Rio*

O presente trabalho busca abordar somente o município do Rio de Janeiro, por razões históricas e de especificidade do trabalho. Utilizando como base dados disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2021), o território comandado pelo prefeito Eduardo Paes tem uma população estimada de 6.775.561 pessoas. É a segunda maior cidade do Brasil em número de habitantes, ficando somente atrás de São Paulo.

O Rio de Janeiro é, sem sombra de dúvidas, um dos destinos mais procurados por turistas no mundo. Sendo reconhecida como uma das sete maravilhas do mundo moderno como seu cartão postal, ganhou notoriedade através da exaltação do samba, do carnaval e das praias. Lar da bossa nova, movimento musical nascido na década 50, teve a sua beleza comunicada ao mundo através das canções de cantores como Antônio Carlos Jobim, João Gilberto e Vinicius de Moraes.

Mas para além de todas as magnificências da “cidade maravilhosa”, o lar dos cariocas vê o crescimento do Brasil como país há 457 anos, tendo abrigado a capital da nação, a família imperial portuguesa e o maior porto de desembarque de pessoas escravizadas das Américas, o Cais do Valongo. Longe de dar exemplos na realização de políticas públicas, é o município que é local de assinatura do decreto de extinção da escravidão em 1888 no país sem qualquer prática indenizatória.

Por razões de recorte, este trabalho não planeja fazer uma abordagem aprofundada a acontecimentos históricos: entretanto, considera-se importante mencionar-se alguns destes. O Rio de Janeiro é o mesmo município que começou, em 1903, a promover o desmonte de moradias na zona central para que a mesma se tornasse a Paris brasileira, que puniu marinheiros que exigiam direitos humanos básicos durante a Revolta da Chibata em 1910, e que incentivou diversos incêndios ilegais em favelas da zona sul para que moradias para pessoas de alta classe econômicas fossem construídas.

Indiscutivelmente, a população negra é a mais afetada por tais autorizações violentas do Estado. Isso reflete nas estatísticas: com base no Mapa da Desigualdade (CASA FLUMINENSE, 2020), muitos dados sobre as desigualdades relacionados a raça na cidade do Rio chamam atenção, como o fato de trabalhadores brancos recebem 41,9% a mais do que negros. A violência,

entretanto, não é apenas no ambiente de trabalho. Além disso, a população negra morre 10 anos mais cedo quando comparada com a população branca. O percentual de homicídios de pessoas negras decorrentes de intervenção policial, em relação ao total, é de 81%.

Esses dados estão refletidos nos telejornais que assistimos e nas matérias que lemos, e mostram a cumplicidade do Estado para tal. Nos últimos dois anos, vimos casos emblemáticos como a operação mais letal da polícia do Rio, conhecida como Chacina do Jacarezinho, ocorrida em maio de 2021 mesmo com a vigência da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 635, que restringia operações policiais durante a pandemia, podendo acontecer em hipóteses absolutamente excepcionais. Um ano depois, os inquéritos de 24 das 28 investigações das pessoas assassinadas seguem arquivados pelo Ministério Público do Rio de Janeiro e um memorial construído por moradores do Jacarezinho foi destruído pela Polícia Civil no dia 11 de maio de 2022.

FIGURA 1 – A queda do memorial da Chacina do Jacarezinho



Fonte: G1, 2022.⁶

O reeleito governador do estado do Rio em 2022 com 58% dos votos, Claudio Castro, chamou as vítimas da Chacina de “vagabundos”. Castro não seria diferente de seu ex-companheiro de governo, Wilson Witzel, deposto por um impeachment em 2021. Witzel, ao

⁶ Disponível em:

<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2022/05/11/memorial-no-jacarezinho-com-nomes-dos-mortos-na-operacao-mais-letal-do-rj-e-derrubado-pela-policia.ghtml>. Acesso em 22 out 2022.

falar sobre a Cidade de Deus, já disse que “se fosse com autorização da ONU, em outros lugares do mundo, nós teríamos autorização para mandar um míssil naquele local e explodir aquelas pessoas.”

No meio da violência autorizada pelas declarações dos governantes que deveriam proteger a população, o povo se vê atingido no meio de tantas disputas e balas, popularmente faladas, como perdidas. Apesar de terem tal nomenclatura, acham e perfuram corpos: segundo o Instituto Fogo Cruzado, deixaram 2.098 baleados, sendo que 1.084 deles morreram ao longo de 4.653 tiroteios na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) em 2021.⁷

A guerra que o Rio de Janeiro vive não deixaria de ser refletida, claramente, nos territórios daqueles que vivem na RMRJ. Juntos, o Fogo Cruzado, o Grupo de Estudos dos Novos Ilegalismos da Universidade Federal Fluminense, o Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo, o Disque-Denúncia e a plataforma Pista News, produziram o Mapa dos Grupos Armados do Rio de Janeiro. Com uma expansão muito mais avançada que a do tráfico, o que hoje conhecemos como milícias, que construíram seu modelo atual em menos de vinte anos, já controlam 27,7% dos bairros do Rio, com 58,6% da superfície territorial da cidade.

Para chegar-se ao ponto do Rio apresentar dados tão assustadores relacionados aos grupos milicianos, é possível apontar que:

alterou profundamente as relações de força antes caracterizadas pelas disputas territoriais entre as organizações rivais do tráfico do varejo de drogas, e pelos conflitos entre elas e a polícia. Com presença crescente em favelas e bairros suburbanos, bem como nas cidades do Grande Rio, a expansão das milícias foi redefinindo os termos da própria metáfora da “guerra”, tão presente no debate público do Rio de Janeiro entre nos anos de 1980 e 2000. Desde sua origem, os grupos milicianos procuraram se posicionar junto às populações dos territórios onde atuavam com um discurso de escudo em face do jugo do tráfico. Nesse sentido, construíram sua identidade originária como a de antagonistas do tráfico, valendo-se, para tanto, do fato de que a lógica da guerra, entre polícia e traficantes, era uma fonte permanente de insegurança e de infortúnio para os moradores das favelas. Desse modo, as operações policiais e as ostensivas guerras entre traficantes retroalimentavam o acúmulo de legitimidade da milícia. A evolução dessa dinâmica fez com que a milícia ganhasse uma velocidade endêmica no Rio de Janeiro, em pouco tempo se tornando uma fonte de acumulação de poder político e social e de riqueza econômica. (Rede Fluminense de Pesquisas sobre Violência, Segurança Pública e Direitos Humanos, 2020)

⁷ Dados disponíveis em:

<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/rj-relatorio-aponta-que-violencia-em-operacoes-policiais-cresceu-em-2021/>. Acesso em 27 jun 2022.

As milícias, iniciadas majoritariamente por policiais militares brancos, tentam, portanto, vender a imagem de guardião da segurança dos moradores frente ao tráfico de drogas, este composto por corpos pobres, periféricos e em sua maioria negros. Em meio a essa guerra por poder, onde o Estado não atua por dar um aval histórico para os mais diversos tipos de violências, a população local se vê refém do grupo que comanda o território que vive.

No meio de tantas disputas entre os grupos armados, o povo é o mais afetado em diversos sentidos. O crescimento exponencial das milícias fizeram com que, por exemplo, o medo por este grupo fosse bem maior que o do tráfico de drogas dentro das comunidades.⁸ A violência afeta, inclusive, o andamento da educação: em 2019, segundo o Centro de Estudos de Segurança e Cidadania - CESeC (2022), 74% das escolas públicas do município do Rio de Janeiro tiveram ao menos um tiroteio em seu entorno, todos estes com o envolvimento de agentes de segurança pública. A Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, inclusive, teve uma de suas portas atingidas por uma destas balas em 2017.⁹

FIGURA 2 – Prédio da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio



⁸ Pesquisa disponível em:

<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/02/18/medo-das-milicias-supera-o-de-trafficantes-em-comunidade-s-do-rio-diz-datafolha.ghtml>. Acesso em 28 jun 2022.

⁹ Matéria jornalística disponível em:

<https://extra.globo.com/casos-de-policia/bala-perdida-atinge-sala-de-aula-de-escola-politecnica-em-manguinhos-21617307.html>. Acesso em 26 set 2022.

Fonte: Fundação Oswaldo Cruz, 2016.¹⁰

Tais acontecimentos fazem com que os moradores em maior situação de vulnerabilidade socioeconômica da cidade não tenham acesso ao mínimo do básico, que é circular pelas ruas com tranquilidade e com a consciência de que seus filhos, por exemplo, não correm quaisquer riscos de terem suas atividades educacionais paralisadas por conta de conflitos armados, aplicados com frequência pelo governo do Rio de Janeiro como a única e possível solução para o fim da violência urbana.

O fato de termos o foco principal da política de segurança pública do Rio de Janeiro focada em operações policiais faz com que, conseqüentemente, muitas atividades sejam paralisadas, levando à suspensão dos direitos humanos de moradores que residem em áreas consideradas como de alto risco pelo estado. A educação é especialmente atingida: em 2019, das 1.577 escolas municipais do Rio, 1.154 foram afetadas por tiroteios com a presença de agentes de segurança (CESeC, 2022).

Quando as escolas são interrompidas, diálogos, ensinamentos e ambições também param. Quando as operações acabam, as atividades escolares e comunitárias não seguem em frente como se nada tivesse acontecido: o sangue escorre fresco no chão, as lágrimas ainda correm com seu gosto salgado e os tiros deixam marcas nas paredes e nos sonhos. E como se não fosse o suficiente, percebe-se, então, que a dor da violência se entranha em si e faz parte da rotina.

Entre operações e ataques armados, em tempo escolar ou não, crianças que poderiam construir trajetórias potentes se vão, como João Pedro, Kauã Rozário, Kethellen de Oliveira e Kauê Ribeiro. Um dos casos que mais ressoou na mídia foi o de Ágatha Félix, que nomeia a Lei 9.180/21¹¹, que dispõe que crimes cometidos contra a vida de crianças e adolescentes terão garantia de prioridade nos trâmites de procedimentos investigatórios, observando as normas do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Mas para além dessas crianças, há muitos outros que devemos lembrar e que se foram por conta da necropolítica. Precisamos sempre lembrar Cláudia Ferreira da Silva, Kathlen Romeu, Durval Teófilo Filho, Moïse Kabagambe, Marielle Franco, Genivaldo Santos, João Beto e,

¹⁰ Disponível em:

<https://portal.fiocruz.br/noticia/atencao-basica-e-saude-mental-sao-temas-de-seminarios-na-fiocruz>. Acesso em 22 out 2022.

¹¹ Lei disponível em:

<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro1923.nsf/0c5bf5cde95601f903256caa0023131b/bff7fb1d941f051a0325864100672184?OpenDocument&Highlight=0,1622>

infelizmente, uma lista inteira que parece só aumentar a cada dia que passa. São muitas vidas retiradas em nome dos interesses de tão poucos.

Esse curto estudo é dilacerante. Por isso, é necessário pesquisar, investigar e produzir conhecimento sobre a economia fardada que determina os passos do Rio de Janeiro. O sangue que deságua o Rio é negro, e é o mesmo que pode fazer com que o estado tenha, finalmente, águas limpas e cristalinas cruzando as localidades de esperança que agora são tingidas de medo.

2. 2. Um breve panorama do não-direito à cidade

Com uma breve menção às violências conduzidas deliberadamente pelas elites, que consequentemente representam o governo, o cotidiano da cidade nos dias atuais não poderia ser diferente: políticas públicas efetivas sucateadas. Isso faz com que a cidade não seja um lugar seguro para se pensar, morar e ocupar.

Para isso, é importantíssimo mencionar a relevância do direito à cidade (LEFEBVRE, 2002). Visto como marco político-filosófico e até mesmo reconhecido dentro do Estatuto das Cidades, esta modalidade de direito permite a reconhecimento da cidadania social como forma essencial de se beneficiar da vida urbana.

Sobre o direito à cidade, é correto afirmar que:

O direito à cidade está muito longe da liberdade individual de acesso a recursos urbanos: é o direito de mudar a nós mesmos pela mudança da cidade. Além disso, é um direito comum antes de individual já que esta transformação depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo de moldar o processo de urbanização. A liberdade de construir e reconstruir a cidade e a nós mesmos é, como procuro argumentar, um dos mais preciosos e negligenciados direitos humanos (HARVEY, 2012, p.74).

Pensar a cidade dentro do que é o Rio de Janeiro é pensar em muitas coisas, especialmente em uma cidade tão diversa e desigual. Sendo uma cidade onde as favelas refletem as janelas de algumas das construções mais caras de todo o estado, por exemplo, é um caso específico: nas palavras de Oliveira (2018), o Rio de Janeiro é um dos capítulos mais interessantes e intrigantes quando pensamos sobre o planejamento urbano. Há uma certa especificidade na distribuição territorial e pelo ideal construído de cidadãos plenos e precários.

Dentro de um cenário de tantas violências, é possível afirmar, então, que a necessidade de repensar a cidade dentro do conceito de cidadania urbana é fundamental para que espaços como a escola, por exemplo, sejam um lugar seguro e de disseminação de ideias para a comunidade local, ao invés de prejudicada por operações militares. Para Gonçalves e Coelho (2017), “o espaço institucional deve ser permanentemente ocupado pelos movimentos e pela população para além da representação”.

Com o domínio das milícias em territórios abandonados por uma efetiva política de segurança pública baseadas em evidências do Estado, temos casos como o dos condomínios do programa habitacional Minha Casa Minha Vida. Já em 2011, no início da política pública, a milícia já lucrava com condomínios na zona oeste da cidade do Rio, seja através de invasões ou cobranças de taxas, conforme ilustra o título da matéria da Revista Veja a seguir:

FIGURA 3 – Capa da reportagem sobre o domínio das milícias em condomínios populares



Fonte: Revista Veja, 2011.¹²

As táticas, que começaram no reduto miliciano da região oeste da capital, se espalharam inclusive pela RMRJ. Com a cobrança de taxas como a de segurança, é exigido que o morador tenha que pagar por um direito básico, quando tudo o que ele quer é “ser feliz / andar tranquilamente na favela onde eu nasci / e poder me orgulhar / de ter a consciência de que o pobre tem seu lugar.”¹³

¹² Matéria disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/milicia-lucra-com-o-minha-casa-minha-vida/>. Acesso em 27 set 2022.

¹³ Canção Rap da Felicidade, de Cidinho & Doca.

Enquanto na zona sul da cidade existe a possibilidade de acesso de diversos direitos como postos de saúde, espaços de cultura e o melhor Índice de Desenvolvimento Humano da cidade, o subúrbio e a periferia seguem largados à sua própria sorte. Enquanto o domingo pela tarde é movimentado nas lindas e bem feitas calçadas de Copacabana, Paciência dispõe de curtos elevados de concreto chamados de calçadas.

Segundo Veloso e Santiago (2018), a distribuição desigual da cidadania no espaço geográfico do Rio mostra que também há uma distribuição muito diferente de violências para cada região. Os autores afirmam que, quando ocorrem situações de extremo conflito armado, por exemplo, não há apenas a paralisação da normalidade, mas principalmente a suspensão de direitos humanos.

Vale, então, ressaltar que:

A utopia do direito à cidade, no caso específico do Rio de Janeiro, significa, para nós, necessariamente, a superação da dicotomia favela-cidade! Para isso, é preciso que os moradores da favela possam sentir-se tão cidadãos, e como parte da cidade, quanto os que têm moradias fora das favelas (DE OLIVEIRA, 2007, p.2).

Para que os moradores de regiões violentas possam se sentir parte da cidade, eles precisam, antes de tudo, não viverem em regiões consideradas violentas. Isso provoca a suspensão de direitos humanos, como mencionaram Veloso e Santiago, causando a paralisação de acesso, inclusive, a serviços que envolvem necessidades básicas.

Para ilustrar tal violência, a autora gostaria de mencionar neste presente trabalho a sua vivência enquanto moradora de uma dessas localidades marginalizadas. Certa vez, sua mãe solicitou o reparo técnico da empresa de fornecimento de água do Rio de Janeiro. Quando o trabalhador responsável já havia ligado para ela informando que estava perto de sua residência, ele a telefonou novamente informando que o serviço não seria realizado, visto que ela reside em uma área considerada de risco.

Muitos oriundos das afirmadas como áreas de risco, por dia, dois milhões de pessoas da Região Metropolitana do Rio de Janeiro saem de suas cidades para acessar oportunidades de trabalho, estudo e serviços nos bairros mais ricos do município do Rio. Esse dado ganhou o

apelido de termos um réveillon por dia. Quando esse dado foi exposto, em 2018, apenas 26% do emprego na RMRJ estava fora da capital do estado.¹⁴

Quando saem de onde vivem, a mobilidade urbana é um problema: a RMRJ tem o maior tempo de deslocamento entre as dez maiores regiões metropolitanas do Brasil. O cidadão fluminense leva, em média, 67 minutos para chegar em seu destino.¹⁵ Esses moradores não possuem o direito de trabalharem perto de suas casas e produzirem no e para seu próprio município.

Por isso, é importante ressaltar essa supervalorização da zona central da capital:

Justamente, a faixa litorânea e sobrevalorizada do Rio é onde sempre moraram os “representantes” da população: afinal, estes e seus antepassados sempre puderam votar e serem votados em todas as eleições, já que sufrágio não é universal de fato até a redemocratização, em 1984. Após a ditadura militar, o Estado da Guanabara já havia perdido a condição de capital (1960) e se fundido com o Estado do Rio (1975), tornando-se uma só unidade federativa, mas que concentrava suas oportunidades de geração de trabalho e renda nos arredores do porto do Rio. Curiosamente é onde chegou o maior número de navios negreiros das Américas, quando o tráfico de pessoas era uma política pública legalizada e extremamente rentável ao país (ALBERGARIA; MARTINS; MIHESSEN, 2019, p.52).

A ausência de transportes públicos gratuitos e de qualidade também fazem com que o direito à cidade não seja exercido de forma plena, uma vez que a qualidade do serviço e o custo do mesmo são entraves para transitar entre a Região Metropolitana do Rio de Janeiro. A diferença entre os investimentos públicos aplicados, entre 2007 e 2017, à mobilidade urbana para localidades, serviços e públicos é gritante: enquanto os trens da Supervia, com 600 mil passageiros, recebeu R\$1,2 bilhões, o metrô que conecta a Zona Sul à Barra da Tijuca, que leva 300 mil passageiros, teve um investimento de R\$8,5 bilhões.¹⁶

O fato de uma parte muito pequena do Rio de Janeiro receber muita atenção e incontáveis outras estarem largadas a sua própria sorte, reflete inclusive as táticas de cuidado contra a Covid-19, que matou mais de 680 mil pessoas no Brasil até o momento e cerca de 75 mil apenas

¹⁴ Ensaio disponível em: https://casafluminense.org.br/tribunarioporinteiro_metropole_polinuclear_integrada/. Acesso em 28 set 2022.

¹⁵ Matéria disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/01/15/moradores-do-rj-sao-os-que-gastam-mais-tempo-em-transporte-publico-entre-10-regioes-metropolitanas-do-brasil-mostra-aplicativo.ghtml>. Acesso em 28 set 2022.

¹⁶ Infográfico disponível em: <https://casafluminense.org.br/mapa-da-desigualdade/infograficos/>. Acesso em 28 set 2022.

no Rio de Janeiro. Enquanto as ditas áreas nobres estavam protegidas da violência e do vírus, moradores das favelas dos subúrbios da cidade do Rio e a Baixada Fluminense circulavam em transportes superlotados, quando a principal recomendação de prevenção ao Sars-Cov-2 é o distanciamento social (SANTINI; SANTARÉM; ALBERGARIA, 2021).

Para entender a conexão da ausência da garantia desse direito com a violência, é preciso lembrar que, como foi publicado pela Casa Fluminense (2022): “não existe direito à cidade sem a oferta de transporte público de qualidade; e, para isso, é necessário considerar os fluxos e a dinâmica da metrópole por inteiro e de forma integrada.”

Entender a dinâmica também é compreender que para além de transitar para ter a alimentação mensal, o acesso à arte também é restrito. Suzano (2021) explica que quando é feita a abordagem do que seria o centro cultural da cidade do Rio, as zonas Norte e Oeste ficam fora de cogitação, fazendo com que haja um limbo entre o pertencimento e o não-pertencimento à cidade. Para a autora, este é um tipo de distanciamento que serve para manter a lógica urbanística e cultural carioca baseada na distinção de classe.

Se há a ausência de direitos básicos aqui exemplificados como o acesso à água, ao emprego, a uma mobilidade urbana de qualidade, estes serão implementados pelas milícias, com caminhões-pipa, a entrada de civis para o crime organizado afim de garantirem renda e o impulsionamento ao transporte ilegal de vans.

Conectar a ausência do direito à cidade é possibilitar um entendimento franco e aprofundado do fortalecimento econômico e cultural das milícias no Rio de Janeiro. Se as diretrizes para o planejamento e gestão não são devidamente implementadas pelos governos locais, como o Estatuto da Metrópole,¹⁷ há quem faça o serviço com o preço, ironicamente, impagável da violência.

¹⁷ LEI Nº 13.089/2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113089.htm

3. CAPÍTULO II - ESSENCIALMENTE ENTRELAÇADOS: capital e racismo

3.1. Uma relação estrutural

Para se entender muitas das relações no mundo que se passa no atual século XXI, é fundamental que se tenham olhares críticos e que enxerguem não apenas a superfície, mas todas as camadas e as composições de problemáticas. Isso, portanto, não seria diferente quando se trata da violência urbana que vemos nas grandes cidades.

É possível dizer que quando verificamos os dados que se referem à raça ou cor em casos de violência urbana, as maiores vítimas são a população negra. Com 1.245 óbitos, o Rio de Janeiro é o estado que mais teve ações policiais em 2020. Desse número, 86% das mortes foram de pessoas negras (REDE DE OBSERVATÓRIOS, 2021). O estudo também menciona que independente do número da população negra do lugar, esse grupo sempre será o que mais morre.

Portanto, é indispensável mencionar o termo cunhado por Crenshaw:

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento. (CRENSHAW, 2002, p.177)

A interseccionalidade é essencial para entender a complexidade de sistemas de opressão e como isso pode ser um determinante social para a vida das pessoas. Quando pensamos em violência, somos levados ao fato de que os corpos mais marginalizados são os corpos negros. Surge, então, o questionamento com olhar interseccional de quais seriam (ou não) as influências do sistema econômico para a definição do racismo como parte estrutural da sociedade.

Segundo Alves (2019), o racismo é ideologia fundamental para o desenvolvimento do capital, seja em países do norte ou do sul global, que formula os processos de acúmulo de poder nestas nações. É possível perceber isso através da análise do processo colonialista em países africanos, ameríndios, oceanos e asiáticos, promovido pelas potências capitalistas do norte global.

Ainda parafraseando o autor, apesar dos diversos contextos em que indivíduos estão inseridos, é necessário compreender que o consciente individual é fruto de processos capitalistas. Logo, isto é um projeto estrutural com o objetivo de disseminar ideias burguesas na sociedade ao longo de processos sócio-históricos, com o intuito de fazer com que tal ideologia não seja apenas defendida por quem se beneficia da mesma, mas também por quem sofre a partir de processos de exploração e discriminação autorizados por tais ideais.

A ideologia racista de dominação (Alves, 2019) teve sua formulação justamente em um momento de primórdios de disputa do capital, que foi o capitalismo mercantil. Tendo a disputa entre nações europeias freada pelo desenvolvimento do sistema colonial, as burguesias dessas localidades se uniram em torno de tornar a Europa como o centro do mundo em aspectos econômicos, sociais e culturais. Logo, povos considerados como inferiores e fora do padrão aceito estabelecido começaram a sofrer um violento processo de exploração e dominação, que levou, conseqüentemente, ao racismo.

Esse processo, entretanto, claramente não teve apenas o colonialismo como arma de domínio. Para exemplificar a naturalização da dominação e a auto-responsabilidade que a burguesia racista sentia - e ainda sente - de exterminar culturas que fogem do padrão de sociedades não-europeias, é indispensável não mencionar a justificativa de tamanha violência expressada como forma de caridade ou de pura expressão de boa-vontade vista em um famoso poema de Rudyard Kipling, Nobel de Literatura de 1907. Em *O fardo do Homem Branco*,¹⁸ o autor clama “Tomai o fardo do Homem Branco / Envia teus melhores filhos / Vão, condenem seus filhos ao exílio / Para servirem aos seus cativos; / Para esperar, com arreios / Com agitadores e selváticos / Seus cativos, servos obstinados, / Metade demônio, metade criança.”

O poema é uma declaração de defesa do imperialismo, tendo como sua definição clássica:

É o capitalismo chegado a uma fase de desenvolvimento onde se afirma a dominação dos monopólios e do capital financeiro, onde a exportação dos capitais adquiriu uma importância de primeiro plano, onde começou a partilha do mundo entre os trustes internacionais e onde se pôs termo à partilha de todo o território do globo, entre as maiores potências capitalistas (LÊNIN, 2011, p.218).

¹⁸ Disponível em:

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5330424/mod_resource/content/1/O%20fardo%20do%20Homem%20Branco%20-%20Wikisource.pdf. Acesso em 18 ago 2022.

Para Magali da Silva Almeida (2014), a condição de genocídio é princípio tácito do capitalismo, visto que exercer a função negra não é possível de se ser experimentada de forma plena pela comunidade. Dentro de tal cenário de violências, atualmente com efeitos permanentes e estruturais na sociedade brasileira, é preciso ressaltar que para que tal forma de domínio implementasse sua influência e exercer suas táticas de dominação no sul-global, é indispensável ressaltar que o sucesso de políticas racistas deve-se ao incentivo consciente a práticas que promovem as discriminações raciais para a manutenção da estabilidade capitalista.

O Brasil foi o lar da escravidão legalizada de pessoas sequestradas do continente africano por 388 anos. Arrancou, de 1501 a 1900, mais de 4,86 milhões de pessoas de seus lares, saberes, amores e histórias, mais do que qualquer outro país no mundo.¹⁹ A violência não era apenas física, mas sim psicológica, cultural e religiosa. Com um caminho para a abolição causada por diversas pressões políticas e para seguir com a justificativa de que pessoas brancas são superiores a pessoas negras,

Neste contexto, cumpre assinalar o processo de construção eugênica introduzido no país, nas primeiras décadas do século XX, no qual convergia-se ao interesse de construção de uma “outra” realidade nacional, apregoada pelo, então, atraso civilizacional, o que pressupunha inculcar os valores 'brancos', valores estes ligados à tentativa de implantação de uma cultura europeizada que, por sua vez, tende a gerar o estigma a todas as práticas religiosas que não apresentam correlação a esse modelo (SANTOS, 2018, p.7).

Com o fim de contribuir para o discurso de que, no Brasil, Gilberto Freyre, através da publicação Casa Grande & Senzala, de 1933, afirma que a violência racial não é uma prática institucionalizada e violenta em países como os Estados Unidos da América, contribuindo, portanto, para a democracia racial no Brasil. Para Freyre, portanto, não havia barreiras físicas, legais ou sistêmicas para que pessoas negras ocupassem, por exemplo, espaços de poder.

Práticas eugenistas²⁰, que apesar de terem justificativas postas como científicas, são meramente construções sociais que tentam justificar a tentativa de embranquecimento de populações como forma de promover a evolução da espécie humana. Incentivado no Brasil, o racismo também se manifestou através da eugenia, que afirma que grupos indesejáveis precisam ser eliminados, mesmo que o trabalho braçal destes sustente a economia capitalista.

¹⁹ Disponível em: <https://www.slavevoyages.org/>. Acesso em 19 ago 2022.

²⁰ Disponível em: <https://www.ufrgs.br/bioetica/eugenia.htm>. Acesso em 25 ago 2022.

Parafraseando Góes e Correia (2022) ao mencionarem a perspectiva de Clóvis Moura, que vê as formas de dominação e de preconceitos, como o racismo, ligados intrinsecamente à propriedade privada, fruto da divisão social do trabalho, “o modo de produção capitalista não pode ser superado através da aculturação ou por meio do culturalismo, visto que esses conceitos não substituem a luta de classes.”

No Brasil, é notório de forma única como os interesses privados estão ligados à promoção da expansão do capital e, conseqüentemente, à manutenção constante do racismo. O racismo é essencial desde o momento da invasão dos portugueses ao atual território brasileiro:

Na particularidade latino-americana, o Brasil apresenta, de forma singular, processos históricos que demarcam as relações entre capital e trabalho pautadas pela superexploração do trabalho como determinante econômico do capitalismo dependente, e tem como base fundante e dinamizadora o racismo, que, instituído desde a invasão colonial, ao contrário de ser concebido como traço morto ou vestígio do sistema escravista, foi dinamizado e incrementado como um dos mecanismos reguladores do capitalismo dependente e do imperialismo (DA SILVA; FAGUNDES, 2022, p. 2)

Fanon (2008, 2019) adverte, a compreensão do racismo na sua totalidade não pode ser apartada de sua relação com a base econômica da sociedade: “a burguesia não pode existir sem revolucionar constantemente os instrumentos de produção, portanto as relações de produção, e por conseguinte todas as relações sociais.”

Logo, soa improvável alcançar a democracia com o racismo, e, portanto, sem o sistema capitalista. Ele, em constante expansão, precisa de toda a força de trabalho disponível. Ao mesmo tempo, para um capitalista obter o máximo de acúmulo de capital, é necessário investir e gastar o mínimo possível em seus custos de produção, incluindo a sua força de trabalho. Isso é reduzir, mas jamais eliminar, reivindicações de força de trabalho. A junção desses fatores tem ligação intrínseca com o racismo (WALLERSTEIN, 2021, p. 69).

A partir desta singela análise, é possível perceber que para a permanência de poder do sistema capitalista, é necessária a manutenção do subsistema racismo, que funciona como uma espécie de braço direito para a existência do capital. Conseqüentemente, as violências urbanas, são necessárias para o projeto silencioso e sistêmico de pactuação racista da branquitude, que precisa da população negra servindo os seus lares e, ao mesmo tempo, tendo seu genocídio anunciado na televisão.

3.2. *Quais corpos por nada pagam?*

Na economia capitalista, o lucro é prioridade. Para se ter ganho, é necessário pagar. Neste trabalho, não planeja-se entender pagamentos não apenas como forma de se adquirir objetos, mas de se ter controle absoluto sobre o poder. Manter-se no poder é trabalhoso e, indiscutivelmente, caro pela vigilância constante do que já se conquistou e se tem. Para que o capitalismo mantenha-se vivo, é preciso criar dispositivos que estejam tão entranhados na essência da população ao ponto de se tornarem parte da estrutura societária contemporânea.

Por isto, neste capítulo, entendemos que um paradoxo de um certo público implica diretamente no fortalecimento capitalista. Dentro dessa lógica de acúmulo de capital, faz-se necessária o nascimento e a morte da principal mão de obra precarizada no Brasil, oriunda de corpos negros e pobres. Aqui, busca-se entender como a vida dessas pessoas funciona como uma espécie de moeda, pagando as suas existências com o jorrar de seu próprio sangue.

Em sua tese de doutorado, ao publicar entrevistas com atores do mercado de trabalho brancos, Maria Aparecida Silva Bento (2002) percebe que há um pacto não verbalizado entre aqueles que são iguais aos comandantes de cargos de chefia, relacionando obviamente a preferência de contratação de pessoas brancas. Este seria um pacto que visa preservar e conservar privilégios e interesses de pessoas não-brancas. Esse é o pacto silencioso do racismo.

A perpetuação dessa violência só é possível graças à branquitude. Ainda para Bento (2002), o que ocorre como *establishment* da elite branca brasileira é uma espécie de acordo tácito entre os brancos de não se reconhecerem como atores centrais na permanência das desigualdades e discriminações raciais. Mas não apenas não se reconhecem como responsáveis de tais violências, como culpam a população negra por problemas que fazem parte da gene desigual do Brasil, como o próprio racismo, a fome e a violência urbana.

A reprodução do racismo também funciona como uma forma da população branca pobre acreditar que é superior à população negra e que se assemelha com a burguesia do país. Entretanto, é necessário lembrar que:

Mesmo que esses exemplos demonstrem o quanto o racismo criava privilégios para as pessoas brancas, o racismo criava privilégios para as pessoas brancas, também vinham ao encontro dos interesses capitalistas ao proporcionar a diminuição da tensão social entre o capital e o grupo racial branco e a penetração da visão de mundo mais afeita ao capital na

subjetividade dessas pessoas, com o acesso dessas a um maior número de vagas no mercado de trabalho, as melhores vagas de emprego e uma maior ascensão funcional (DE SOUZA, 2022, p.209).

Ao invés do país capacitar pessoas já aqui presentes após a Proclamação da República, o Brasil decidiu branquear a sua população com o incentivo à vinda de europeus. É curioso analisar como a “ideia do branqueamento foi defendida, no início do século XX, por vários cientistas e representantes da intelectualidade brasileira, sem esquecer que na modernidade os representantes da ciência passaram a ser os legitimadores das ‘verdades’ estabelecidas.” (FERREIRA, p.74, 2002).

Observa-se que, em um discurso da defesa da vinda de mão de obra estrangeira, tudo o que havia era a suavização do real interesse das figuras que governavam o país: embranquece-lo através da exploração trabalhista e do acúmulo desigual de capital. Para que se seja considerado digno para a sociedade, é preciso passar o seu tempo trabalhando: como dizem, sendo “útil”. Na realidade que se há, é preciso estudar, crescer e garantir um bom emprego, que, em sua maioria, não oferecerá a você a remuneração real que seu trabalho deve receber. Quando se há um olhar interseccional para a realidade trabalhista brasileira, a triste realidade da não-valorização e da exploração se escancara ainda mais.

Já que neste estudo pretende-se abordar a conexão do capital com a violência urbana no Rio de Janeiro e ao crescimento do capital miliciano, é indispensável não mencionar com um certo afínco as condições de vida da população negra, indesejada pela sua cor e desejada pela sua mão de obra barata. Para isso, iremos analisar alguns pontos do nascer e viver ao ser negro no Brasil, e como todos esses pontos estão relacionados intrinsecamente com a economia capitalista, a que defende a liberdade, mas é contra a de quem pode tirar seu domínio. Quando o racismo começa e quando ele termina de afetar uma pessoa? Na sua ascensão social? Na sua morte? Vejamos aqui.

O nascimento de um filho é um grande momento para muitas famílias: significa prosperidade, saúde e alegria. Entretanto, o nascimento de uma criança pode ser um momento de dor não apenas por motivos clínicos, mas pelo racismo. Somente 27% das mulheres negras têm acesso ao pré-natal.²¹ Quando se chega ao momento de finalmente conceber essa vida ao mundo,

²¹ Disponível em:

<https://www.febrasgo.org.br/pt/noticias/item/1484-somente-27-das-mulheres-negras-tem-acesso-ao-pre-natal-aponta-pesquisa>. Acesso em 06 out 2022.

a violência contra a mulher ocorrida no âmbito do parto, chamada de violência obstétrica, aparece. No Brasil, os dados em relação a essa violência são desesperadores: atinge 1 em cada 4 gestantes, e destas, 65,9% são negras.²²

A vida de uma pessoa negra é uma constante corrida contra a sua vontade na fuga das balas das violências. Se a vida é concebida, o próximo obstáculo é sobreviver à infância. Se para uma criança branca que não enfrenta vulnerabilidades socioeconômicas o que é considerado normal é a não-preocupação com problemas, para uma criança negra e pobre estar vivo já é uma vitória.

São incontáveis os casos no próprio Rio de Janeiro, inclusive neste trabalho já mencionado, de casos de crianças mortas por balas ditas perdidas, quando, na verdade, chegam de forma certa em seus alvos. Segundo o Instituto Sou da Paz, crianças negras morrem 3,6 vezes mais por arma de fogo do que as não-negras.²³ A criança negra precisa se esquivar 3,6 vezes mais do racismo manifestado na violência armada.

Quando se educa, a educação também é dolorosa não apenas pelos históricos desmontes e ausência de infraestrutura acessível, mas também pelo fato da história reproduzida nas salas de aula não condizer com o que se ocorre, de fato. O perigo de uma história única (ADICHIE, 2019) é doloroso e manipulado, sendo que a presença da representação de diferentes etnias no ambiente escolar amplia a identificação positiva, constrói a autoestima e potencializam o empoderamento infantil para as crianças que não se veem presentes nos livros e nas aulas, por exemplo (CARNEIRO, 2020). O que ocorre, entretanto, é que:

Apoiando-se numa visão de mundo histórico-cultural eurocêntrica, cria um processo pedagógico tal que leva o afro-descendente a inibir sua capacidade de advogar seus interesses culturais, políticos e econômicos aos quais tem direito como cidadão. Sua história é interpretada de maneira distorcida. É muito comum os problemas etnoraciais serem considerados sob o prisma da ‘culpabilidade da vítima’, isto é, que as condições sociais e econômicas precárias são fruto da inépcia e falta de capacidade pessoal dos indivíduos afro-descendentes. (FERREIRA, 2002, p.76).

²² Disponível em:

<https://www.uol.com.br/vivabem/colunas/larissa-cassiano/2021/11/17/violencia-obstetrica-contra-mulheres-negras.htm>. Acesso em 06 out 2022.

²³ Disponível em:

<https://soudapaz.org/noticias/folha-de-s-paulo-criancas-negras-morrem-36-vezes-mais-por-arma-de-fogo-que-nao-negras/>. Acesso em 07 out 2022.

Além da ausência da representatividade em muitas instituições de ensino, apesar da existência da Lei 10.639/03 que obriga as escolas de ensino fundamental e médio a ensinarem sobre história e cultura afro-brasileira, a escolha entre seguir estudando ou contribuir para a renda familiar também pesa. Jovens negros de 14 a 29 anos são maioria nas estatísticas de evasão escolar no ensino básico, sendo 71,7% dos alunos que abandonam a escola.²⁴

E quando esses jovens abandonam a escola, se deparam com um mercado formal de trabalho que tem a preferência pelo padrão de trabalhador de um homem branco. Visto que não se encaixam nesse perfil, recorrem à informalidade, sem qualquer garantia de direitos trabalhistas. O reflexo destas ocupações de baixa-remuneração e inseguras é o resultado da política escravista brasileira, já aqui abordada (DOS SANTOS; SCOPINHO, 2011).

Nesta pequena trajetória traçada aqui com apenas algumas das principais dificuldades de se nascer negro, chega-se à conclusão de que, portanto, “o problema negro não se limita ao dos negros que vivem entre os brancos, mas sim ao dos negros explorados, escravizados, humilhados por uma sociedade capitalista, colonialista, apenas acidentalmente branca” (FANON, 2008, p.169). A violência gera a negação que enfraquece a possibilidade de construções para além do ideal branco e burguês:

A integração das classes desfavorecidas mediante a generalização da modernidade no espaço nacional exigiria um progresso econômico excepcional que permitisse absorver os “marginalizados do sistema” ao setor moderno, condição que extrapola a própria condição de capitalismo dependente. A esta parcela da população, seguindo-se a “ordem natural das coisas”, resta apenas a autonegação sob a forma de processos migratórios, penetração no mundo urbano, etc. No mais, tal contingente acaba se mostrando altamente funcional à manutenção da (des) ordem estabelecida, pois a apropriação capitalista ocorre pela superexploração do trabalho e exclusão da massa despossuída da participação socioeconômica, condições básicas para a acumulação de capital e repartição do excedente nacional com os setores dominantes internos e externos (DE OLIVEIRA; VASQUEZ 2010, p.153 apud FERNANDES, 1968; 1972).

No Brasil, os problemas da burguesia se entranham no que se pensa, age e diz, provocando o genocídio de quem se tem pavor, mas de quem se precisa. Nesta lógica, enquanto reinar a lógica e o sistema capitalista, não haverá igualdade racial, ausência de discriminação e um Estado que protege o seu povo, ao invés de assassinar quem o mantém e o faz existir.

²⁴ Disponível em: <https://mobilidade.estadao.com.br/patrocinados/jovens-negros-lideram-evasio-escolar/>. Acesso em 08 out 2022.

4. CAPÍTULO III - A MANUTENÇÃO GOVERNAMENTAL DE VIOLÊNCIAS: o governo do estado como colaborador do caos

4.1. Uma linha do tempo

Para entender a origem das milícias, é preciso entender de onde vem a polícia militar. No dia 13 de maio de 1809, exatos 79 anos antes da assinatura da Lei Áurea, o príncipe regente Dom João determinou, por decreto, a criação da Divisão Militar da Guarda Real da Polícia do Rio de Janeiro foi criada para promover a segurança da corte e “garantir a ordem pública.”²⁵

A justificativa para esse decreto era o crescimento populacional do Rio de Janeiro pela vinda da corte portuguesa para o país um ano atrás e por motivos comerciais. Para além do papel, essa força paramilitar organizada servia, na verdade, para proteger os interesses da burguesia. De 1810 até 1821, a maior parte das ações policiais tinha ligação com pessoas escravizadas, a maioria por delitos de ordem pública. Um desses exemplos é a prática da capoeira, só criminalizada em 1890. O tráfico de pessoas do continente africano apesar de proibido em 1831, entretanto, nunca foi combatido.²⁶

Entende-se que, portanto, desde o momento em que os portugueses colocam os pés no território de hoje entendido como Brasil, o sistema criminal é fundamental para a preservação do racismo e da criminalização da pobreza. Por razões desta ser uma monografia de ensino técnico ao ensino médio, grandes saltos temporais serão realizados, pois não é possível abarcar toda a história da polícia no Rio de Janeiro. Por isso, partimos deste breve início para a ditadura empresarial-militar brasileira.

O golpe de 1964 e seus anos seguintes até a redemocratização tiveram aspectos fundamentais da formação da polícia sob o regime militar: o ensinamento e reprodução das táticas anti-guerrilha e anti-protestos. Como proteger o público não era prioridade, mas sim defender o regime, a violência praticada por esses agentes do Estado eram bem-aceitas, independentemente do grau de violência utilizado pela polícia. A morte, portanto, era generalizada e naturalizada, tal qual a corrupção de policiais. (ASHCROFT, 2014).

²⁵ Disponível em:

<http://mapa.an.gov.br/index.php/menu-de-categorias-2/313-divisao-militar-da-guarda-real-da-policia-1822-1831>. Acesso em 10 out 2022.

²⁶ Disponível em: <https://rioonwatch.org.br/?p=10231>. Acesso em 10 out 2022.

Para RODRIGUES (2010), os governos perderam o controle sobre as polícias e a retomada desse poder supostamente perdido pela ditadura tem sido árdua. O autor afirma que a violência instalada no Estado é resultante do envolvimento de membros do Estado, que utilizam de seus cargos para realizar crimes. Entretanto, será que a problemática da corrupção policial deve-se mesmo pela ausência de comando dos governos?

Para isso, é preciso olhar para o passado fluminense e entender que:

O que houve de particular no Rio de Janeiro foi a combinação profunda, sofisticada e diversificada de brutalidade autorizada contra as populações mais pobres e extorsão praticada por policiais contra criminosos por décadas nas favelas cariocas e em outras áreas pobres da Região Metropolitana, como a Baixada Fluminense e São Gonçalo. Pelo menos desde os anos 1950, com raros períodos de exceção, como nas duas gestões de Leonel Brizola, essas práticas foram acobertadas por discursos oficiais sobre a guerra contra o crime. Muito frequentemente as práticas policiais foram acompanhadas pela promessa de limpeza da cidade por meio do extermínio de facinoras, com caráter heróico que emoldurou o convite para a guerra, aceito por tantos policiais honestos. Junto com a naturalização da violência policial, o direito tácito de matar concedido a policiais que sobem os morros, o fechar os olhos aos casos de desvios de conduta e a glorificação da ideologia da tropa de elite, o Rio de Janeiro conheceu outras especificidades. Entre elas, a interferência constante da política partidária na política de segurança, chegando ao limite de vereadores e deputados indicarem delegados titulares e comandantes de batalhões, através dos quais mantinham negociações com o mundo do crime (RAMOS, p. 27, 2016).

Essa política brutal no Rio de Janeiro precisa, portanto, ser analisada previamente de acordo com cada governo desde a redemocratização. No primeiro governo de Leonel Brizola, que foi de 1983 até 1987, o pedetista decidiu se posicionar contra a violência policial, incentivada de forma explícita por governos anteriores. Um fato interessante sobre a nomeação de Brizola para comandar a Polícia Militar é que, além de o coronel Carlo Magno de Nazareth Cerqueira jamais ter trabalhado diretamente na PM, o comandante era negro.

O governo Brizola, entretanto, terminou com números ruins, principalmente em relação às taxas de homicídio, crimes contra o patrimônio e a insatisfação de policiais com a política brizolista, esta que buscava se afastar do discurso de que é necessário combater os bandidos favelados através da violência policial. Moreira Franco, o próximo governador do Rio, obviamente se aproveitou disso, mas não foi bem-sucedido.

O peemedebista fez a sua campanha eleitoral prometendo que acabaria com a violência e o tráfico de drogas em seis meses. O estado, entretanto, teve uma leve queda na taxa de assassinatos, que levou até a taxa recorde até então, chegando a 56 homicídios por 100.000. Apesar de seu discurso convicto de que a violência urbana fluminense seria resolvida com a caça aos bandidos e extermínio de criminosos, sua dita estratégia fracassou, obviamente.

Já no segundo governo Brizola e de Nilo Batista, que foi de 1991 até 1995, houve a primeira tentativa direta de intervenção na segurança pública do Rio de Janeiro: a Operação Rio.²⁷ Nesse acordo entre União e Estado, o Comando Militar do Leste assumiu a segurança do caótico Rio. O convênio durou cerca de dois meses com o Exército e fuzileiros navais ocupando os espaços considerados como os mais violentos da capital fluminense. A operação contribuiu não para o combate à criminalidade, mas sim para o aumento da estigmatização das favelas. As taxas de homicídio do governo ficaram por volta de 40 por 100.000, mas no último ano, teve um salto para 50.

Durante esse período, o que pode se observar é que “o que houve de particular no Rio de Janeiro foi a combinação profunda, sofisticada e diversificada de brutalidade autorizada contra as populações mais pobres e extorsão praticada por policiais contra criminosos por décadas” (MOURÃO et al., p.38, 2016).

Durante o governo de Marcello Alencar (1995-1998), a política de segurança pública foi conduzida pelo general Nilton Cerqueira, que possuía fortes ligações com o combate contra a esquerda armada durante a ditadura empresarial-militar. Através do decreto estadual 21.753/1995, ele foi responsável por criar a gratificação faroeste, que previa que policiais que prendessem ou matassem criminosos passariam a receber bonificações em seus salários. Essa medida e tantas outras adotadas pelo militar, entretanto, não fez com que o tráfico de drogas recuasse ou que os números da violência diminuíssem:

Nesse período do governo Alencar, o Batalhão de Operações Especiais deixou de aceitar a rendição de bandidos. Quem se rendesse seria executado. Quando o novo procedimento foi introduzido, os criminosos mudaram de atitude e passaram a lutar até a morte; não lhes restava alternativa. O armamento passou a ser comprado e acumulado não apenas para combater quadrilhas rivais, mas sobretudo para enfrentar a polícia. O círculo vicioso fez com que as piores profecias se cumprissem: os bandidos tornaram-se mais violentos e passaram a

²⁷ Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/ex%C3%A9rcito-no-rio-25-anos-de-fracassos/a-42750301>. Acesso em 14 out 2022.

antecipar-se, atacando antes, o que levou a polícia a atirar preventivamente (entrar nas favelas atirando). Não é difícil entender que a supressão do direito ao devido processo legal, manifestado na recusa à rendição, acabou se voltando como um bumerangue contra os próprios policiais e indiretamente contra a população (MOURÃO et al., p. 28, 2016).

O governo Alencar também teve o pior índice de taxa de homicídio das últimas décadas, atingindo 62 assassinatos por 100 mil habitantes em seu primeiro ano de governo. Nessa política de vale-tudo contra o crime, os autos de resistência atingiram o seu ápice e o tráfico entendeu que era necessário ter um alto investimento para armas de fogo, inclusive as utilizadas em guerra. Os poucos anos de Cerqueira foram definitivos para a caminhada sangrenta do Rio de Janeiro.

A campanha de Anthony Garotinho (1999-2002) foi feita com um discurso de que seria possível respeitar os direitos humanos e fortalecer a qualidade do trabalho policial. O governador nomeou o antropólogo Luiz Eduardo Soares como Subsecretário de Segurança, que trouxe diversos legados para o Rio, como a Delegacia Legal, Ouvidoria, Centros de Referência de Proteção de Minorias e outros. Soares foi demitido pouco tempo depois, acusando Garotinho de estar se corrompendo com a bandidagem.

Se o seu marido havia se corrompido, já no governo de Rosa Garotinho (2003-2007), a segurança pública foi comandada por criminosos, como Álvaro Lins, que saiu preso da chefatura de polícia. Ele havia comandado a Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro nas duas administrações do casal. A corrupção tornou-se um padrão de gestão tanto na Polícia Civil como na Polícia Militar” (MOURÃO et al., p. 28, 2016). As duas administrações da família tiveram uma redução das taxas de homicídio de 52 para 46 por 100.000, que podem ter ligação com fatores como as modernizações de sistemas na Polícia Civil e a melhoria de capacitações do corpo policial.

Durante esse período, o Rio de Janeiro afundava cada vez mais na violência estrutural de si com mais discrepâncias e desigualdades. A política de segurança pública, encarada exclusivamente como um caso de polícia, abandonava a consideração de que a solução para a violência não está na quantidade de operações policiais e nem no aumento de mortes contra jovens negros que seguram armas em suas mãos.

Nesse clima caótico que assolava o desigual Rio de Janeiro, onde de um lado a ‘bala comia’ e de outro a festa ocorria, Sérgio Cabral (2007-2014) assumiu o posto de governador de um Rio desesperançoso e perdido. Durante o início de seu governo, absurdos vinham à tona,

como a CPI das Milícias, já abordada e que será novamente. Um dos casos que mostrou que a polícia tinha como objetivo matar criminosos a qualquer custo foi a morte de João Roberto, que estava num carro que estava no meio de uma perseguição a bandidos no bairro da Tijuca. Em julho de 2007, a traumática operação de “retomada” do Complexo do Alemão teve 19 mortos, 13 feridos e o contingente de 1.350 homens.²⁸

Com os primeiros anos sendo de muito combate, houveram mudanças como a promessa de que não haveria interferências políticas nos comandos policiais, algo quase que naturalizado e frequente na política fluminense. Outra decisão importante foi:

Estabelecer na área de segurança o mesmo que havia para outras secretarias: um programa de modernização da gestão com metas que deveriam balizar a ação de todos os servidores, que receberiam bônus caso cumprissem as metas. O programa de gestão parece ter tido impacto na redução de vários índices de criminalidade, inclusive na redução de autos de resistência, que foi incorporado entre os indicadores que deveriam cair em cada AISP (Área Integrada de Segurança Pública), sob a responsabilidade de um comandante da PM e um ou mais delegados. As metas obrigaram a PM e a PC a trabalhar de forma minimamente integrada, pois quando as metas são atingidas, a bonificação é distribuída para todos os policiais civis e militares das respectivas delegacias e batalhão da área. Em janeiro de 2010 foi criada a DH, a Divisão de Homicídios da Capital, depois transformada em Divisão de Homicídios, integrando as DHs da Capital, Baixada e Niterói. Finalmente, outra mudança percebida logo no início da gestão Cabral foi o tom do discurso da área da segurança. Cauteloso, o secretário Mariano Beltrame restabeleceu, em poucos meses, o diálogo que havia sido rompido há anos entre o setor de segurança e líderes comunitários, empresários, mídia, ONGs e pesquisadores (MOURÃO et al., p. 30, 2016).

No segundo ano de governo Cabral, Beltrame anunciou a implementação do projeto-piloto Unidade de Polícia Pacificadora (UPP), um projeto que visa em sua justificativa ocupar os territórios até então dominados pelo tráfico de drogas e funcionar como uma espécie de entrada de serviços públicos em favelas violentas. A escolhida para ser a primeira favela a receber o projeto foi o morro Santa Marta, devido “à sua geografia, que facilita o policiamento sem que grupos criminosos entrem ou saiam dela; à população de cerca de apenas 4 mil moradores; e aos projetos sociais já ali realizados.” (PEREIRA, 2020, p. 378).

²⁸ Disponível em:

<https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/complexo-do-alemao-13-anos-do-massacre-que-chocou-o-pais.phtml>. Acesso em 14 out 2022.

Quanto às UPPs, entendeu-se que a abordagem de combate da violência nesse momento começou a ser entendida como a necessidade de ocupar favelas. Entendendo que, é importante ressaltar que, “tal ocupação não é do conjunto do Estado, com direitos, serviços, investimentos, e muito menos com instrumentos de participação. A ocupação é policial, com a caracterização militarista que predomina na polícia do Brasil.” (FRANCO, p. 123, 2014).

Se a ideia era que o Santa Marta se replicasse em outras partes do Rio, o plano fracassou não apenas com a falta de verbas, mas com as marcas de violência e as desesperanças de falsas promessas. Uma das imagens mais emblemáticas da última década é a da megaoperação das polícias Militar, Civil e Federal do dia 28 de novembro de 2010.²⁹ Criminosos fugiam da Polícia por uma estrada de terra e aquilo parecia ser o começo de um novo Complexo do Alemão. Até mesmo a autora, que na época tinha 6 anos de idade, pede licença para dizer que até ela mesma se lembra do que viu na televisão durante o dia todo.

Havia a promessa de uma Nave do Conhecimento, Biblioteca Parque, iniciativas de turismo, qualidade de vida. Os olhos de esperança dos moradores duraram pouco, assim como o Teleférico construído, que por apenas cinco anos funcionou e está abandonado. Sem abandonar a política de enfrentamento e sem investimentos em áreas básicas como educação e saúde, o Alemão voltou a ser o que era antes: violento e abandonado pelo poder estatal.³⁰

Enquanto as UPPs eram implementadas em áreas estratégicas que tinham mais atenção midiática e turística, como é o caso das favelas na zona sul, central e norte próxima ao Maracanã, a Baixada Fluminense, território de nascimento das milícias, foi esquecida. No interesse em maquiagem o Rio de Janeiro para grandes eventos como a Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos, se o tráfico fosse expulso da zona norte, logo, ele iria onde “poderia se criar”.³¹

As falhas das UPPs são muitas. Para MOURÃO et al. (2016), o fracasso do programa deve-se a três grandes fatores: primeiro, a falta de esforço da institucionalização e iniciativas que impulsionam o contato dos policiais com moradores; segundo, a ausência de articulação de trabalho de policiamento ostensivo e de investigação; terceiro, a não-realização de avaliações sistemáticas do que funciona e o que não funciona em cada Unidade de Polícia Pacificadora;

²⁹ Disponível em:

<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/11/27/dez-anos-apos-a-ocupacao-do-complexo-do-alemao-moradores-lamentam-retorno-da-violencia.ghtml>. Acesso em 15 out 2022.

³⁰ Disponível em: <https://www.anf.org.br/dez-anos-depois-o-legado-da-ocupacao-policial-no-complexo-do-alemao/>. Acesso em 15 out 2022.

³¹ Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/policia-do-rio-cerca-zona-sul-e-tijuca-com-upps/>. Acesso em 15 out 2022.

quarto, a formação dos policiais não mudou substancialmente; quinto, a ausência de intervenção sociais feitas pelo poder público, sendo àquelas que vão além da presença policial.

Dando um considerável salto histórico para considerarmos a segurança pública no governo do vice de Cabral, de Luiz Fernando Pezão (2014-2018). Com incontáveis problemas financeiros como queda de receita de royalties de petróleo, obras superfaturadas da Copa do Mundo e dos Jogos Olímpicos e a falha vergonhosa na gestão financeira estadual, aliado a uma crise econômica e política com o golpe que provocou o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, o Rio de Janeiro se viu perdido nos problemas que seu próprio governo criou.

Em estado de calamidade pública, com mais um ex-governador preso [Cabral], o início de 2017 não traz sinais de melhora. No primeiro trimestre de 2017, a taxa de homicídios aumentou 26% em comparação ao mesmo período de 2016. Nesse mesmo período, o Tribunal Regional Eleitoral cassou o mandato de Pezão e de seu vice, Francisco Dornelles, por abuso de poder político e econômico. Entretanto, a cassação não ‘vingou’.

Num estado assolado pela crise e pela violência, o presidente Michel Temer tentou uma cartada para fortalecer a sua reeleição: assinou o decreto de intervenção federal na segurança pública do Rio de Janeiro, aceito por Pezão e sendo o primeiro uso do artigo 34 da Constituição Federal. Com o comando do general do Exército Walter Souza Braga Netto, o interventor seguiria comandando a Secretaria de Segurança, Polícias Civil e Militar, Corpo de Bombeiros e do sistema carcerário no estado do Rio até o fim do ano.³²

Marielle Franco, a quinta vereadora mais votada nas eleições municipais de 2016, seria a relatora de uma das diversas comissões instauradas para fiscalizar a intervenção. Fazendo parte da rede de ativistas que formavam o Observatório da Intervenção, o seu assassinato no dia 14 de março de 2018, logo no início da intervenção, foi um desafio direto:

Como se os assassinos dissessem: “Não importa que a atenção de todo Brasil esteja voltada para o Rio. Quem manda neste estado somos nós”. Num primeiro momento, foi impossível dissociar o duplo homicídio do contexto político da intervenção [...]. Por que milicianos matariam Marielle justamente num momento político de tamanha visibilidade? [...]. Se fosse uma vingança política ou se Marielle ameaçasse negócios específicos, por que agir e chamar a atenção em plena intervenção federal? Seria algo que demandava ação tão urgente? Ou o duplo

³² Disponível em:

<https://g1.globo.com/politica/noticia/temer-assina-decreto-de-intervencao-federal-na-seguranca-do-rio-de-janeiro.ghtml>. Acesso em 16 out 2022.

homicídio tinha justamente o objetivo de atrapalhar ou desmoralizar a intervenção? (MANSO, p.190, 2020).

Com uma intervenção de prejuízos e Luiz Fernando Pezão preso faltando poucos dias para o fim de seu mandato, o Rio mais do que nunca se viu perdido, violento e dominado pelo crime organizado. O mesmo discurso populista contra a ‘bandidagem’, voltou a crescer e, com isso, Jair Bolsonaro, deputado federal do Rio por sete mandatos, foi eleito o Presidente da República. Com o apoio do filho de Bolsonaro, Flávio, o mais novo governador do Rio foi eleito: Wilson Witzel, um juiz que largou a magistratura para se tornar governador com um discurso conservador e radical.

Durante sua campanha, repetiu inúmeras vezes que “o correto é matar o bandido que está de fuzil. A polícia vai mirar na cabecinha e... fogo!”.³³ Tendo comemorado feliz a ação de um atirador contra um sequestrador na Ponte Rio-Niterói, sob o primeiro ano do governo de Witzel, a letalidade da polícia fluminense aumentou 92% em relação a 2018. É como se a cada 3,3 operações policiais, houvesse ao menos um assassinato.³⁴

Por crime de responsabilidade e acusações do secretário de corrupção pela saúde contra Witzel, o ex-juiz foi afastado em agosto de 2020 e em maio de 2021 deixou o cargo, sendo o primeiro governador a sofrer um impeachment no Rio. Seu vice, Cláudio Castro, apesar de ter tentado se desvencilhar da imagem do companheiro de chapa, é mais do mesmo. No seu primeiro mês de trabalho, Castro autorizou a Chacina do Jacarezinho, já comentada previamente. Em janeiro de 2022, tentou reviver a UPP em forma de Cidade Integrada, que prevê investimentos socioeconômicos e ocupação policial em áreas dominadas pelo tráfico e pela milícia, que patina.

Nesta breve pincelada nas atuações relacionadas à segurança pública por parte dos governos estaduais, é notório que a administração funciona como um efetivo mecanismo de reprodução de violências contra a população fluminense. Entender que o histórico traumático relacionado ao direito à segurança e a ausência de investimento para políticas públicas informadas por evidência no Rio de Janeiro é, também e principalmente, compreender que o Estado diz sim para a sua representação local através do crime *excelentemente* organizado.

³³ Disponível em:

<https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,a-policia-vai-mirar-na-cabecinha-e-fogo-diz-novo-governador-do-rio,70002578109>. Acesso em 17 out 2022.

³⁴ Disponível em:

<https://cesecseguranca.com.br/reportagens/letalidade-policial-aumenta-92-sob-governo-de-wilson-witzel/>. Acesso em 17 out 2022.

5. CAPÍTULO IV - OS GOVERNOS MILICIANOS

5.1. *Qual bandido é bom morto?*

Como pode-se perceber, a omissão do poder estadual é a munição perfeita para o crime organizado, visto que “no papel, os governantes dizem que o Rio é uma democracia. Na prática, a tarefa de governar é compartilhada com centenas de tiranos que dominam mais de setecentas comunidades pobres da cidade e exercem a autoridade com o suporte de dinheiro e armas.” (MANSO, p. 78. 2022).

As milícias, beneficiadas pelas desigualdades provocadas pelo capital, pelo racismo, pela ausência do direito à cidade e a omissão - ou colaboração - do poder público não são de hoje e possuem uma história não tão nova. Com comunidades pobres largadas à própria sorte, NETO (2017) ressalta que a então capital dos Estados Unidos do Brasil crescia a todo o vapor nas décadas de 50, e ali a ideia de que algo havia mudado no banditismo urbano: revólveres ganham destaque, quadrilhas estavam em ascensão e a política passava da passividade para agressividade.

Com a violência se tornando praticamente rotina da vida dos cidadãos fluminenses e com a população insatisfeita com a segurança pública do Rio, o Chefe do Departamento Federal de Segurança Pública Amaury Krueel fundou a Turma Volante de Repressão aos Assaltos à Mão Armada (TVTRAMA), ligado ao ligado ao Serviço de Diligências Especiais (SDE) da Delegacia de Vigilância em 1957. Em sua obra, ANTONIO (2018) conta como o jornalismo popular e o apelo sensacionalista contribuíram para o pensamento popular de que tiranias paramilitares seriam a solução para a violência no Rio de Janeiro.

A autora ressalta que no jornal Última Hora, que apesar de breve, significativamente impactante para o pensamento do cidadão para o populismo, explorou-se da violência com fotografias detalhadas e descrições precisas dos crimes. Decisões como a do jornal se refletem atualmente refletem na mídia de hoje, que comunica e dissemina informação. Fundamental para a sociedade, entretanto, a mesma se apropria de eventos violentos para promover espetáculos violentos com transmissão ao vivo:

A expansão da cobertura vinculada ao jornalismo policial pode ser facilmente notada nos portais de notícias desse campo, onde a exibição de crimes bárbaros tem sido cada vez mais explorada. Apesar da

frequente exposição dos crimes de roubo, furto, homicídio, tráfico de drogas e outros acontecimentos extraordinários ser feita de forma invasiva e muitas vezes irresponsável, esse estilo jornalístico aparentemente não encontra ressalvas em sua distribuição, a qual favorece e estimula uma audiência de consumo do grotesco. A violência passa a não ser apenas naturalizada, adquire um caráter de espetacularização (SANTIAGO; FILGUEIRA; MARTINS, p. 5, 2018)

É necessário reconhecer que, para além do Estado implementar ações que em nada resolvem a violência urbana e fornece a sensação de segurança à população como visto anteriormente neste trabalho, a mídia ainda tem responsabilidade quando contribui para o crescimento desses grupos.

Historicamente abandonada por políticas públicas e feita de cidades-dormitório, a Baixada Fluminense do Rio de Janeiro é fundamental para entender o crescimento das tiranias paramilitares:

Na Baixada Fluminense, esses grupos foram representados por políticos que viriam a se tornar lendários, como é o caso de Tenório Cavalcanti, deputado federal pelo Rio nas décadas de 1950 e 1960, morador de Duque de Caxias e conhecido como Rei da Baixada e Homem da Capa Preta, que não se separava de sua metralhadora, apelidada de Lurdinha. A violência era o instrumento para a garantia da ordem. Nos anos 1970, esses grupos atuaram junto com a Polícia Militar em diversas cidades. Nos anos 1980, diante das muitas mortes de autoria desconhecida na Baixada Fluminense, o jornal Última Hora atribuía esses extermínios ao misterioso Mão Branca, mito criado pelos próprios matadores para se livrar da responsabilidade pelos crimes. Era como se houvesse uma mão invisível a proteger a Baixada do crime. Na mesma década, esses grupos se associaram a empresários e comerciantes para a venda de segurança, e por vezes também a policiais. Ganharam o nome de Polícia Mineira. O sociólogo José Cláudio de Souza Alves vê nesses grupos a origem das milícias. (MANSO, p.58, 2020).

Neste cenário problemático, o medo era mais importante e o combate à violência deveria ser feito de qualquer forma. As ações do SDE se expandiram em outros departamentos e uma das heranças da TVTRAMA foi a Invernada de Olaria, na delegacia do bairro de Olaria, no município do Rio. Também apelidado de Casa do Diabo, a Invernada foi apenas parte do início da flexibilização dos crimes violentos feitos em nome da polícia.

Um marco foi o assassinato de Manoel Moreira, o Cara de Cavalo. Manoel, um bandido negro famoso da cidade, matou em uma troca de tiros com o também popular detetive Milton Le Cocq, ex-membro da guarda pessoal de Getúlio Vargas, que afirmava como bordão que “bandido

que atira num policial não deve viver”. Após a perseguição de vingança e de investigação de um mês, os policiais responsáveis pela operação assassinaram o bandido da Favela do Esqueleto em Cabo Frio com 62 tiros.³⁵

Os envolvidos no caso seriam os que fundaram a Scuderie Le Cocq, grupo de extermínio que só teve o seu fim nos anos 2000 por conta de uma decisão judicial, apesar de terem sido apoiados pelo governo e pela mídia. Da Scuderie vieram os ‘12 homens de ouro’, que eram 12 policiais brancos escolhidos pelo Secretário de Segurança Pública Luís França para ‘limpar o Rio’. Entre eles, José Guilherme Godinho, o Sivuca. Autor do bordão “bandido bom é bandido morto”, foi eleito deputado estadual anos depois.³⁶ Apesar de terem como objetivo acabar com a criminalidade, deixaram a cidade apenas mais violenta. O misterioso porta-voz da Scuderie, apelidado Rosa Vermelha, se utilizou do jornal Última Hora para fazer um anúncio:

A voz do esquadrão da morte ao povo da Guanabara: muitos já tomaram vítimas de assaltantes e criminosos sanguinários. O povo é testemunha que esses bandidos não respeitam crianças, velhos, senhoras e trabalhadores. Assaltam e matam sem nenhuma piedade. Nós trabalhamos apenas com uma intenção: defender a família que mora e trabalha nesse estado. A distância entre a Justiça e a Polícia nem sempre permite um combate mais eficaz ao crime e ao criminoso. Assim, só nos resta falar a mesma linguagem deles: a lei do cão. Sempre que contarmos com o apoio do Secretário de Segurança que queira ver a cidade livre do crime, nós trabalharemos. Foi assim na época do General Krueel, com o Coronel Borges e está sendo agora com o general França. Esperamos que o distinto povo da Guanabara compreenda nossa intenção (ÚLTIMA HORA, 08/10/1968).³⁷

Com a ditadura empresarial-militar em 1964, táticas de violência e tortura policial foram ensinadas, melhoradas e reproduzidas nos porões da ditadura, fazendo com que as Forças Armadas e a banda podre da polícia se aproximassem (MANSO, 2020). Neste período, a Invernada foi um local de referência com profissionais determinados a combater a guerrilha comum. Apesar de ser uma delegacia de presos comuns, se tornou referência em aprisionar políticos.

³⁵ Disponível em:

http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=089842_07&pagfis=56051&url=http://memoria.bn.br/docreader#. Acesso em 20 out 2022.

³⁶ Disponível em:

<https://blogs.oglobo.globo.com/blog-do-acervo/post/os-dois-assassinatos-que-deram-inicio-ao-grupo-de-extermio-s-cuderie-le-cocq-ha-55-anos.html>. Acesso em 20 out 2022.

³⁷ 23 ÚLTIMA HORA. Matança na Guanabara não para. 08 de outubro de 1968. Pg. 1 e 4.

Com a proximidade da polícia com as Forças Armadas, um negócio muito lucrativo no Rio de Janeiro tirou proveito da conexão e da forte influência que havia em ambas as instituições para ter mais poder: o jogo do bicho. O jogo começou sem intenções de dominar e influenciar territórios, sendo uma ideia do Barão de Drummond para financiar o Zoológico de Vila Isabel de 1892.³⁸ E quando se percebeu o seu potencial, o bicho saiu da gaiola e jamais parou de crescer:

O bicho era uma contravenção lucrativa e disseminada na cidade desde a primeira metade do século XX. Vendia um produto bastante caro à antiga sede da Monarquia e da capital da República: o sonho do enriquecimento e da ascensão social em um lance de sorte. Respeitados desde épocas machadianas, os bicheiros do Rio dispunham de credibilidade entre os clientes. Sempre pagavam as apostas em dia, uma questão de honra que garantia a longevidade dos negócios. Também tinham bons contatos no poder. Havia dois motivos para essa relação próxima. Primeiro, os apontadores do bicho estavam espalhados por todos os cantos da cidade. Nenhuma estrutura empresarial ou de Estado tinha tamanha capilaridade, o que tornava os apontadores peça fundamental na comunidade de informações. Tanto os policiais como os funcionários dos serviços de Inteligência se abasteciam com as dicas preciosas desses informantes. Em segundo lugar, por ser uma atividade ilegal, essa relação também rendia uma mesada, para que os representantes da lei não os incomodassem (MANSO, p.97, 2020).

Com o fim da ditadura, o inimigo comunista, então seria outro, personificado na figura do malandro, no ladrão, mais do que nunca no preto e favelado. O criminoso jamais seria aquele que colaborasse com o poder, então seria o filho dos problemas que a estrutura racista impulsiona.

Todas essas articulações entre poderosos do submundo prosperaram mesmo depois da Abertura. O projeto se reinventou, adequando-se às novas realidades. Se não havia mais por que se preocupar com comunistas e guerrilheiros, os anos 1980 e 1990 possibilitaram ao submundo do crime se envolver com a guerra às drogas e com a ameaça representada pelos traficantes nas comunidades pobres localizadas no entorno da aristocrática zona sul do Rio. A encrenca era imensa, e a figura do bandido, com todos os significados que a palavra concentra, tornou-se o inimigo comum, o novo bode expiatório. A guerra mudou de inimigo, mas a rede de policiais formada durante a ditadura seguiu influente e as conexões com os bicheiros continuaram valiosas para o financiamento dessa luta. Também foi preciso lançar um conceito que legitimasse os crimes da polícia, cujos excessos continuavam tolerados. Em vez de lutar pela defesa da pátria, a polícia passou a matar além do limite em nome do “cidadão de bem”. (MANSO, p.100, 2020).

³⁸ Disponível em:

<https://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/jogo-do-bicho-comeca-de-forma-inocente-para-financiar-zoologico-de-vila-isabel-9648932>. Acesso em 20 out 2022.

5.2. *Lucrar para dominar*

Em janeiro de 2019, a operação policial Os Intocáveis enviou denúncias para 13 envolvidos com o grupo de extermínio Escritório do Crime. Um deles era Adriano da Nóbrega, considerado o principal chefe da milícia da Muzema e de Rio das Pedras, bairros da cidade do Rio de Janeiro. Ironicamente, a mãe e a primeira esposa de Adriano trabalharam no gabinete do então senador Flávio Bolsonaro, filho do presidente Jair Bolsonaro. Flávio também concedeu a Medalha Tiradentes, a maior honraria do concedida pela Assembléia Legislativa Estado do Rio de Janeiro (ALERJ), para o miliciano. Morto na casa de um vereador do Partido Social Liberal, o que elegeu o atual chefe de Estado do Brasil, Adriano acreditava que seria assassinado como ‘queima de arquivo’.³⁹

O assassinato do ex-policia da Nóbrega em nada surpreendeu o sociólogo José Cláudio Souza Alves: “A milícia é o Estado. São formadas pelos próprios agentes do Estado. É um matador, é um miliciano que é deputado, que é vereador [...]. Sem essa conexão direta com a estrutura do Estado não haveria milícia na atuação que ela tem hoje.”⁴⁰

As milícias, como já abordado previamente, em sua concepção tinham a ideia de protegerem comunidades da ‘bandagem’ com os seus próprios meios, sem qualquer interferência do poder público. Com o respeito que os moradores tinham, policiais começaram a perceber que poderiam tirar da influência que tinham, algum lucro, para além de se aproveitarem dos privilégios e da passabilidade sob o cometimento de crimes que acontecem quando se trabalha na corporação policial.

Uma das explicações para o início dessa relação entre a política e o fortalecimento histórico das milícias tem um impulsionamento relevante na década de 80, onde os grupos de extermínio e o jogo do bicho estavam a todo o vapor. Com a redemocratização e o fim da ditadura empresarial-militar, essas instituições perceberam que era hora de se reinventar para se fortalecer e expandir o seu poder. MANSO (2020) explica que com a disputa de votos, os representantes de associações de moradores, até então majoritariamente motivados pela busca de

³⁹ Disponível em: <https://theintercept.com/2022/04/09/caso-adriano-nobrega-fatos-estranhos-bolsonaro/>. Acesso em 20 out 2022.

⁴⁰ ALVES, José Cláudio Souza. No Rio de Janeiro, a milícia não é o poder paralelo. É o Estado. Entrevista concedida a Mariana Simões. Agência Pública, Brasil. 28 jan. 2019.

melhorias para as suas comunidades, começaram a se tornar porta-vozes de candidatos em troca de condições básicas de vida como alimentação e iluminação pública.

Do antigo domínio de Adriano da Nóbrega, Rio das Pedras é um local fundamental para entender o crescimento das milícias, que é essencialmente uma mistura de ordem capitalista, racismo estrutural, ausência do direito à cidade e a omissão dos governos estaduais quanto à garantia básica de segurança pública. Não à toa, o bairro foi apelidado de a ‘República de Rio das Pedras’⁴¹ por ser um berço importante para as milícias, assim como é a Baixada Fluminense.

Em Rio das Pedras, onde se havia uma associação de moradores bem estabelecida por conta da constante luta por direitos básicos e a sensação de ser um território livre do tráfico presente na zona sul e norte da cidade do Rio, a associação de moradores foi importante para a chegada ao poder e domínio completo para a formulação da República de Rio das Pedras. HIRATA et al. (2021) explica que onde há milícias, há associações funcionando como serviços desse governo. Essa relação pode ser amigável, com a milícia buscando apoio para a entrada em uma comunidade e cooperando para a permanência da mesma. Esse relacionamento também pode ser violento, com as milícias dando ordens acompanhadas de ameaças. Neste esquema de influência, para entender o ‘urbanismo miliciano’ é preciso:

(...) descrever esse tipo de intervenção urbana que inclui a apropriação ilegal de terras públicas e seu loteamento, construção em massa de edifícios e corretagem e operações financeiras através de crédito informal. Amparadas pela impunidade e consentimento tácito, as milícias se esquivam dos controles municipais para grilar terras e construir edifícios sem qualquer fiscalização e sem sequer submeter planos de desenvolvimento às autoridades relevantes. (...) É claro, esse tipo de verticalização ocorre também em favelas dominadas pelo tráfico de drogas. No entanto, a escala e a lógica por trás da construção são diferentes. Em boa parte das favelas, são os próprios moradores que constroem novos andares para morar, vender ou alugar (...) seguindo o modelo da autoconstrução (...). A milícia controla as atividades imobiliárias e dá a palavra final na resolução de conflitos entre moradores. Nem todos os construtores e corretores são necessariamente membros da milícia, mas respeitam as regras impostas e pagam as taxas exigidas. É muito comum que todas as transações imobiliárias sejam registradas na associação de moradores, controlada por milicianos, mediante o pagamento de um percentual do valor da propriedade em adição às taxas mensais cobradas pelo serviço de proteção. (HIRATA et al, p.19, 2021, apud BENMERCUI; GONÇALVES, 2019, número de página não disponível).

⁴¹ Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/thomas-traumann/a-republica-de-rio-das-pedras/>. Acesso em 21 out. 2022.

Com lideranças ao lado da milícia, o caminho para o poder é facilitado, pois “a importância da associação de moradores reside, em parte, no seu valor como ente veiculador dos interesses da milícia frente à comunidade, assumindo, muitas vezes, o aspecto de um órgão de governo”. (HIRATA et. al, p.30, 2021).

Com o apoio crescente que aumentava ao longo do tempo, políticos influentes viam nas milícias um modelo de segurança comunitário com potencial de ser replicado. Já que a violência não poderia ter um fim definitivo, se houvesse de escolher entre o tráfico de drogas composto por favelados e as milícias dominadas por representantes do Estado, que fossem as milícias a alternativa para o resguardo da segurança em comunidades populares.

Josinaldo Francisco da Cruz, o Nadinho, tinha crescido como uma importante liderança comunitária de Rio das Pedras na década de 90, junto com o inspetor da Polícia Civil Félix Tostes, que viria a se tornar chefe da milícia em Rio das Pedras. Influente, o prefeito Cesar Maia fez uma aliança com Nadinho, parceria esta que gerou convênios municipais para serviços básicos como saneamento e atendimentos de saúde. Esse acordo levou Nadinho a ser eleito vereador em 2004. Maia não achava, ou desacreditava, que o modelo de negócios miliciano seria incontrolável (MANSO, 2020). Outro político que declarou em 2006 que a milícia era importante para a ‘tranquilidade da população’ foi o prefeito Eduardo Paes.⁴²

Quanto mais capital político os milicianos conquistavam, mais capital econômico tinham. O modelo de negócios miliciano de Rio das Pedras se fortalecia e começava a ser replicado em mais e mais comunidades: instalação de internet e televisão (gatonet), venda de gás, agiotagem, taxa para a regularização de imóveis, proteção à máquinas de caça-nível e taxas de segurança.

Nessa disputa silenciosa pelo poder, quanto mais cresciam, mais se desentendiam. Nadinho havia mandado matar Félix Tostes, com medo de que o chefe das milícias se candidatasse à Câmara Municipal. Quando morto, a viúva de Tostes gritou que aquele seria um crime a mando de Nadinho, Josinaldo chegou a ser preso, mas respondeu em liberdade. Aquele acontecimento rachou a milícia de Rio das Pedras, numa guerra sem precedentes que causou, dois anos depois da morte de Tostes, a morte de Nadinho em 2009.⁴³

⁴² Disponível em:

<https://oglobo.globo.com/politica/eleicoes-2006/eduardo-paes-elogia-acoas-de-milicias-de-pms-em-jacarepagua-5000337>. Acesso em 21 out 2022.

⁴³ Disponível em:

<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2022/02/09/ex-policia-civil-do-rj-que-matou-colega-por-ordem-de-ex-vereador-e-condenado-a-23-anos-de-prisao.ghtml>. Acesso em 22 out 2022.

Esse racha do poder também se agravou quando o governador Sérgio Cabral inseriu José Maria Beltrame como Secretário de Segurança. Beltrame determinou a estruturação da Delegacia de Repressão às Ações Criminosas Organizadas e Inquéritos Especiais. A preocupação do governador também era política, pois “ele precisava evitar o fortalecimento de um grupo capaz de fazer frente a parceiros seus na Assembleia Legislativa, como os deputados Jorge Picciani, presidente da Casa, e Paulo Melo, seu principal interlocutor no Legislativo.” (MANSO, p.64, 2020).

Em 2008, o então repórter Nilton Claudino do jornal O Dia, junto a um motorista e um fotógrafo, foram morar na Favela do Batan, favela no bairro de Realengo, para fazer uma reportagem sobre as milícias. Poucas pessoas do jornal sabiam da matéria. Descobertos após duas semanas de trabalho, os milicianos torturaram a equipe por sete horas e meia com chutes, pontapés, choques e até uso de sacola plástica na cabeça do jornalista. Quando abriram seus e-mails à ordem dos milicianos, os criminosos viram que a equipe do jornal havia enviado fotos e relatos de policiais militares na região circulando normalmente e conversando com os novos chefes do Batan, visto que o tráfico foi expulso da favela pela milícia. Ali, a tortura piorou. Nilton segue com fortes traumas e impactos psicológicos até hoje.⁴⁴

Com esse crime, que repercutiu com forte impacto, havia-se o clima perfeito para a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito das Milícias, solicitada pelo deputado estadual Marcelo Freixo no seu terceiro dia de mandato, em 2007. A CPI, com uma equipe corajosa, que incluía inclusive a então assessora de Freixo, Marielle Franco, além de ter dado a atenção que as milícias haviam de ter, causou um estrago na estrutura miliciana:

No relatório final, depois de seis meses de trabalho e debates intensos, a comissão pediu o indiciamento de 225 pessoas, entre elas os chefes da Liga da Justiça (Jerominho e Natalino) e de Rio da Pedras (Nadinho); o vereador André Ferreira da Silva, o Deco (PR), que comandava a milícia de Praça Seca; o vereador Geiso Pereira Turques, o Geiso do Castelo (PDT), em São Gonçalo; Carmen Glória Guinâncio Guimarães, conhecida como Carminha Batgirl (PTdoB); Cristiano Girão (PMN), o chefe em Gardênia Azul; e Chiquinho Grandão (PTB), de Duque de Caxias. Também foram indiciados o ex-chefe da Polícia Civil do Rio de Janeiro e deputado cassado, Álvaro Lins, além de 67 policiais militares, oito policiais civis, três bombeiros, dois agentes penitenciários e dois cabos das Forças Armadas. Embora não tenha sido indiciado, o

⁴⁴ Disponível em:

<https://extra.globo.com/noticias/rio/jornalistas-sao-torturados-por-milicianos-no-rio-equipe-de-dia-foi-espancada-por-7-horas-na-zona-oeste-519747.html>. Acesso em 22 out 2022.

deputado federal Marcelo Itagiba (PMDB), que havia sido secretário de Segurança Pública, foi mencionado como “candidato dos milicianos”. O prefeito Cesar Maia foi acusado de “atitude permissiva com os milicianos”, e o relatório da CPI afirmou que o secretário de Segurança do Rio, José Mariano Beltrame, não combatia as milícias “como deveria” por “falta de prioridade” no “combate à segurança privada de ruas e outros espaços públicos”. No ano seguinte à CPI, em 2009, 246 pessoas foram presas, suspeitas de integrar milícias. Entre 2008 e 2017, o total de prisões relacionadas a milicianos chegou a 1310 — 131 milicianos presos em média por ano (MANSO, p.69, 2020).

A Liga da Justiça, maior milícia do Rio e chamada atualmente de Bonde do Zinho, teve mais de cem nomes indiciados na CPI. Era numerosa e descentralizada. Violenta, tinha um exército privativo que atacava empresários do transporte alternativo com o aval dos batalhões de polícia local. A milícia de Campo Grande e Santa Cruz viram que poderiam aproveitar um direito historicamente negado: a locomoção e o direito à cidade:

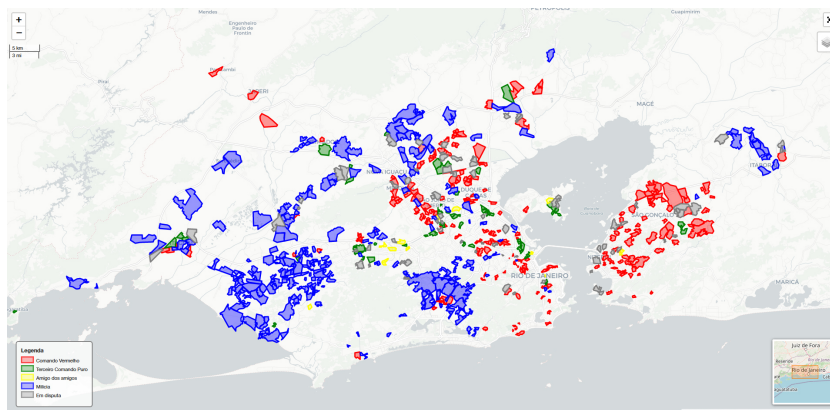
Natalino e Jerominho souberam aproveitar a chance aberta pela omissão do Estado no processo de crescimento da região a partir dos anos 1960. O transporte via trem e ônibus era insuficiente para conduzir os habitantes da região de casa para seus empregos nos bairros centrais. No início dos anos 1990, as peruas e vans Topic é que forneciam esse serviço no Rio de Janeiro. Pequenos empreendedores compravam vans e iam para o asfalto em busca das linhas e dos horários mais lucrativos. Alguns já tinham experiência com os “cabritinhos”, transportes feitos no interior das favelas, onde as linhas regulares de transporte público não entravam. Para disputar as linhas das vans que chegavam às regiões centrais, os perueiros enfrentavam concorrências truculentas e achaques em torno dos melhores trajetos. Linhas com mais passageiros e mais rentáveis eram cobiçadas. Cooperativas de transporte foram criadas para administrar a desordem e mitigar os riscos; policiais foram contratados como seguranças para impedir assaltos e possíveis agressões dos rivais. Foi nesse contexto que a Liga da Justiça nasceu e se fortaleceu ((MANSO, p.63, 2020).

Apesar desse fortalecimento e após da CPI uma aposta na queda do crescimento miliciano, não foi o que aconteceu. Como já mencionado, com a chegada do governo Cabral, o Rio crescia em otimismo, com a chegada das UPPs e a criação do Grupo de Atuação Especial no Combate ao Crime Organizado pelo Ministério Público Estadual. As prisões de milicianos continuavam seguindo com 158 em 2016 e 155 em 2017. A prisão de Cabral Filho, a crise fiscal e o país em crise logo mostraram que era apenas um breve momento de alegria. Apesar dos avanços, as milícias nunca pararam de crescer: foram passos largos dados em silêncio (MANSO, 2020).

E como se não bastassem as formas absurdas de se sustentar a economia miliciana, as milícias enxergaram nos condomínios do Minha Casa Minha Vida um potencial de arrancar mais e mais dinheiro da população. Para HIRATA et. al (2021), esse domínio acontece por três motivos: pela coação estatal-miliciana, com a representação dos criminosos na política; pela tomada de territórios, em sua maioria tomados do domínio do Comando Vermelho; pela cooptação interna do síndico ou um morador, muitas vezes, mas nem sempre, um policial. Para além de estarem presentes nos territórios que dominam, expandiram, então, a atuação miliciana para esse programa do governo federal e administrado pelo poder público municipal com taxas de luz, água, gás e segurança.

No ano de 2019, o datalab Fogo Cruzado, o Grupo de Estudos dos Novos Ilegalismos da Universidade Federal Fluminense, o Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo, o Disque-Denúncia e a plataforma digital Pista News elaboraram o mapa dos grupos armados do Rio de Janeiro para o ano de 2019. O resultado mostrou que as milícias já dominam 22% da cidade do Rio. Três anos depois, estima-se que esse número tenha aumentado.

FIGURA 4 – Mapa dos Grupos Armados do Rio de Janeiro



Fonte: Mapa dos Grupos Armados no Rio de Janeiro, 2020.⁴⁵

Diante de tantas práticas violentas expostas aqui e as que não conhecemos, vê-se que o domínio da economia miliciana não para de crescer. O modelo de negócios das milícias não é composta apenas pela cobrança de taxas de segurança ou da ausência de políticas públicas:

⁴⁵ Disponível em: <https://erickgn.github.io/mapafc/>. Acesso em 22 out 2022.

ocorre, essencialmente, com a forte presença da ordem capitalista da violência racial, acompanhada pela mercantilização de direitos básicos e entrelaçada com o aval da ascensão influência político-econômica miliciano pelo Estado. A violência é o negócio mais lucrativo do Rio de Janeiro.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este presente trabalho buscou compreender as razões por trás do crescimento econômico das milícias no Rio de Janeiro. A escolha do tema deve-se pelo fato impressionante da rápida e forte ascensão do poder territorial miliciano no Rio, ligado a um histórico estrutural de violências promovidos pelo sistema econômico vigente, e, conseqüentemente, pelo racismo e a ausência de direitos básicos e constitucionais.

O objetivo geral desta monografia é percorrer pontos importantes da estrutura social que permite a expansão e fortalecimento de grupos milicianos no município do Rio de Janeiro, com um foco na influência capitalista e no incentivo estrutural de violência contra corpos majoritariamente negros e pobres. Este objetivo foi concluído, visto que com esta breve revisão bibliográfica, as milícias jamais foram atacadas com a mesma ferocidade que o tráfico de drogas, mesmo com a força e capacidade de articulação do poder público.

O primeiro dos objetivos específicos é compreender a agressividade necessária para a dominação de sociedades pelo capital. Pode-se observar isso ao longo das análises que contam que a violência são métodos usados para expansão e desenvolvimento do capitalismo. A violência, para além de uma estratégia de domínio contra revoltas, é, também, um meio fundamental para a estabilidade capitalista. Uma das diversas violências criadas como método de controle de corpos é, justamente, o racismo, que tem um destaque nessa pesquisa.

Ligado a isso, o segundo objetivo específico é compreender o racismo como parte fundamental para a eliminação física e simbólica dos corpos negros e pobres em territórios periféricos. Ao mesmo tempo em que o poder capitalista promove o genocídio de corpos negros e pobres e os deseja longe dos locais de residência dos mesmos, precisa da sua força de trabalho precarizada e, ao mesmo tempo, continuar os influenciando para que a violência siga sendo uma ordem. Neste sentido, o pacto da branquitude cumpre o seu sucesso e atinge suas metas

promovendo o não-direito à cidade no singular espaço geográfico desigual que é o Rio de Janeiro.

Por último, por meio desta pesquisa buscou-se apresentar os eixos de conexão entre a Polícia Militar e grupos paramilitares no município do Rio de Janeiro. Em uma colaboração histórica e dependente, a Polícia Militar, que é uma das figuras, se não a mais, importante da representação do Estado nos dias atuais nas ruas e na manutenção da segurança pública, não colabora apenas com as milícias através das falhas táticas de combate a este crime organizado por conta da ausência de políticas informadas por evidência, mas também e principalmente porque a polícia anda lado a lado da milícia: as duas são o mesmo.

As principais descobertas deste trabalho são as que mostram que o município do Rio tem uma realidade única em relação a outros municípios brasileiros quando se trata da violência, e, por isso, é preciso analisá-lo com singularidade. Foi possível esclarecer que as políticas de combate a grupos armados no Rio é historicamente falha e não leva em consideração que a própria cidade nasceu fruto de processos de desigualdades.

Além desses pontos, é impressionante destrinchar como as populações em situação de vulnerabilidades socioeconômicas se encontram estruturalmente no domínio de grupos criminosos, e não me refiro necessariamente ao tráfico de drogas ou as milícias. Apesar dessas comunidades estarem reféns dos diversos abusos aqui mencionados, a resolução desse histórico de violências se agrava pela lógica individual, fruto de processos capitalistas, quando o que se observa é que o reinado de organizações criminosas no Rio é um problema estrutural.

A pergunta que buscou-se responder com esse estudo era entender se havia ligação direta do capitalismo, do racismo e da ausência da garantia de direitos básicos com o fortalecimento econômico das milícias. Com a sistematização de conteúdo aqui exposta, é explícito que esses grupos se utilizam da ausência consentida do Estado e de violências históricas para a replicação massiva do modelo de negócios das milícias.

Uma das limitações encontradas ao longo dessa pesquisa foi a exploração da compreensão de como as milícias oferecem tantos serviços irregulares se a iniciativa privada, frequentemente próxima do poder público, existe e poderia oferecer as fontes de lucros das milícias, como gás e internet, de forma legal. Outra análise que não foi possível, apesar de desejada neste trabalho, é o cálculo de quanto os cofres públicos seriam beneficiados pela regularização desses serviços. Por conta do escasso material, também não foi possível dizer qual é a receita líquida das milícias.

As recomendações deste trabalho é que a pesquisa de novos ilegalismos deve ser incentivada e protegida pelo poder público, com a utilização dos resultados destes trabalhos para combate das milícias. Por último, e não menos importante, é insustentável que os problemas de segurança pública do Rio de Janeiro continuem sendo abordados pelo poder público como uma responsabilidade única das Polícias Civil e Militar, incentivando o combate às violências de forma gradual e a longo prazo através de áreas como a saúde pública, educação e mobilidade.

7. REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. O perigo de uma história única. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ANDRÉ, Carreira. Revista Cult. Um brasão, múltiplos significados: violência policial e o país que queremos construir. [S.l.]. Revista Cult, 2019. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/um-brasao-multiplos-significados/>. Acesso em: 4 fev. 2022.

ANTONIO, Mariana Dias . 'Outro Fuzilado Pelo Esquadrão': o Esquadrão da Morte no Última Hora Carioca (1968- 1969). AEDOS: REVISTA DO CORPO DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DA UFRGS, v. 10, p. 170-193, 2018.

ALBERGARIA, Rafaela; MARTINS, João Pedro; MIHESSEN, Vítor. Não foi em vão: mobilidade, desigualdade e segurança nos trens metropolitanos do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2019.

ALVES, Daniel Tadeu. A RELAÇÃO ESTRUTURAL ENTRE CAPITALISMO E RACISMO: O GENOCÍDIO DA POPULAÇÃO NEGRA ENQUANTO PROJETO SOCIETÁRIO. Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, 21 maio 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/22787>. Acesso em: 9 ago. 2022.

ASHCROFT, Patrick. A História da Polícia Militar do Rio de Janeiro Parte II: Da Ditadura à Guerra às Drogas. Rio on Watch, [S. l.], p. 0-1, 10 mar. 2014. Disponível em: <https://rioonwatch.org.br/?p=10480>. Acesso em: 12 out. 2022.

BARBOSA, Adriano. Esquadrão da Morte, um Mal Necessário? São Paulo: Mandarin, 1971.

BENTO, Maria Aparecida da Silva. Pactos narcísicos no racismo: Branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público. (Tese de doutorado), São Paulo: Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, Departamento de Psicologia da Aprendizagem, do Desenvolvimento e da Personalidade, 2002a

CASA FLUMINENSE. De olho no transporte: Terceira Edição. Disponível em: <https://casafluminense.org.br/wp-content/uploads/2022/09/DOT-2022-revisao-21.09.pdf>. Acesso em: 29 set. 2022.

CASA FLUMINENSE. Mapa da Desigualdade, Região Metropolitana do Rio de Janeiro. 2020. Rio de Janeiro. Disponível em: <https://casafluminense.org.br/mapa-da-desigualdade/>. Acesso em: 26 jun.2022

CARNEIRO, Carolina Zolin; RUSSO, Maria José de Oliveira. A criança negra e a representatividade racial na escola. Cadernos de Educação - reflexões e debates, [s. l.], 1 jan.

2020. Disponível em:
<https://www.metodista.br/revistas/revistas-metodista/index.php/cadernosdeeducacao/article/view/10648/7322>. Acesso em: 7 out. 2022.

CENTRO DE ESTUDOS DE SEGURANÇA E CIDADANIA. TIROS NO FUTURO: Impactos da guerra às drogas na rede municipal de educação do Rio de Janeiro. 2022. - Universidade Cândido Mendes, [S. l.], 2022.

CHAVES, Michelle. Milícias do Século XXI. In: XVI Encontro Regional de História da Anpuh-Rio: saberes e práticas científicas, 2014, Rio de Janeiro. Anais, Rio de Janeiro: 2014.

COELHO, Polyana; GONÇALVES, Raquel. OCUPAR A CIDADE, AS RUAS, AS PRAÇAS, OS ESPAÇOS: os limites da institucionalidade e as possibilidades da ação direta. XVII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, São Paulo, p. 15-15, 22 maio 2017. Disponível em: http://anpur.org.br/xviienanpur/principal/publicacoes/XVII.ENANPUR_Anais/ST_Sessesos_Tematicas/ST%209/ST%209.4/ST%209.4-04.pdf. Acesso em: 28 jun. 2022.

CRENSHAW, Kimberle. Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. 1989. Disponível em: <<https://chicagounbound.uchicago.edu/cgi/viewcontent.cgi?Article=1052&context=uclf>> Acesso em: 09 ago. 2022

DA SILVA, Sandra; FAGUNDES, Gustavo. Clóvis Moura e a questão social no Brasil. Revista Katálysis, [s. l.], 6 maio 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/nyRfvjnkdzVnSTNk4LPZGYw/?lang=pt>. A

DE OLIVEIRA, Giuliano Contento; VASQUEZ, Daniel Arias. Florestan Fernandes e o capitalismo dependente: elementos para a interpretação do Brasil. Revista de Economia Política Internacional OIKOS, 2020. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/oikos/article/view/51821/28132>. Acesso em: 9 out. 2022.

DE OLIVEIRA, Lívio. A SOCIEDADE URBANA E O DIREITO À CIDADE NO RIO DE JANEIRO: Entre o ideal global e o real local no contexto de mundialização das violências. 2018. Tese (Doutorado, Sociologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, [S. l.], 2018.

DE OLIVEIRA, Márcio. A FAVELA E A UTOPIA DO DIREITO À CIDADE NO RIO DE JANEIRO. REVISTA ELECTRÓNICA DE GEOGRAFÍA Y CIENCIAS SOCIALES, [s. l.], 1 ago. 2007. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-24534.htm>. Acesso em: 26 jun. 2022.

FERREIRA, Ricardo Franklin. O brasileiro, o racismo silencioso e a emancipação do afro-descendente. Psicologia & Sociedade, [s. l.], 7 jul. 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/JHpfdP3bp6dd8Y4wrw8XbHN/?lang=pt>. Acesso em: 7 out. 2022.

FRANCO, Marielle. UPP – A redução da favela a três letras: uma análise da Política de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro. Resumo. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2014

GÓES, Weber Lopes; CORREIA, Renato Pereira. Clóvis Moura: delineamentos gerais para a superação do racismo à brasileira. *Lutas Sociais*, [s. l.], 1 jul. 2022. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/25765>. Acesso em: 9 ago. 2022

HARVEY, David. “O direito à cidade”. *Lutas Sociais*, n. 29, São Paulo, jul./dez. 2012.

HIRATA, Daniel. et al. Relatório Final: A expansão das milícias no Rio de Janeiro: uso da força estatal, mercado imobiliário e grupos armados. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll Brasil. 2021. Disponível em: <https://br.boell.org/pt-br/2021/04/20/expansao-das-milicias-no-rio-de-janeiro>

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE Cidades: Rio de Janeiro. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/rio-de-janeiro/panorama>. Acesso em: 26 jun. 2022.

LEMGRUBER, Julita (coord.). *Tiros no futuro: Impactos da guerra às drogas na rede municipal de educação do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: CESeC, fevereiro de 2022.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. *O Imperialismo: a etapa superior do capitalismo*. [S. l.: s. n.], 2011. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1916/imperialismo/imperialismo.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2022.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo, 1998.

REDE DE OBSERVATÓRIOS DE SEGURANÇA. *Pele-alvo: A cor da violência policial*. Rio de Janeiro, RJ, 2021.

O poder perpendicular das milícias do Rio de Janeiro. *Jornal dos Economistas*, Rio de Janeiro, ano 2020, v. 365, 15 jan. 2020. O fardo econômico das milícias, p. 8-8. Disponível em: <https://www.corecon-rj.org.br/anexos/30F3D8E920F732B01E2398F1905FAE2D.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2022.

MANSO, Bruno Paes. *A República das Milícias: dos esquadrões da morte à era Bolsonaro*. São Paulo: Editora Todavia, 2020.

MARÉS, Chico; RESENDE, Leandro; AFONSO, Nathália. *CPI das Milícias: o que ocorreu com os políticos citados no relatório?*. Agência Lupa, Rio de Janeiro, 12 de maio de 2018. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2018/05/12/cpi-milicias-politicos/>. Acesso em: 13 fev. 2022.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção e política da morte*. São Paulo: n-1 edições; 2018a.

MARQUES JUNIOR, Joilson Santana. O “equivoco” como morte negra, ou como “naturalizar” balas racializadas. Revista Katálysis, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 366-374, maio de 2020.

MENDONÇA, Tássia. Batan: Tráfico, Milícia e "Pacificação" na Zona Oeste do Rio de Janeiro. Orientador: Marcio Goldman. 2014. Dissertação (Mestrado) - Curso de Antropologia Social, o Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

MOURÃO, Barbara; LEMGRUBER, Julita; MUSUMECI, Leonarda; RAMOS, Silvia. Polícia, Justiça e Drogas: Como anda nossa democracia? Rio de Janeiro: CESeC, 2016.

NETO, David Maciel de Mello. Esquadrão da Morte: Outra categoria de acumulação social da violência no Rio de Janeiro. Dilemas, v. 10, n. 1, 2017.

PEREIRA, Pedro Barreto. Legitimando a pacificação: Uma análise da cobertura jornalística sobre as UPPs. Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, [S. l.], p. 378-378, 1 jan. 2020.

Relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar ação de milícias no âmbito do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2008.

RODRIGUES, Marcus Paulo Ruffeil. Gestão da polícia militar: a cultura institucional como agente limitador da construção de uma polícia cidadã. 2010. Dissertação (Mestrado em Gestão Empresarial) - Fundação Getúlio Vargas, [S. l.], 2010.

SANTINI, Daniel; SANTARÉM, Paíque; ALBERGARIA, Rafaela. Mobilidade Antirracista. São Paulo: Autonomia Literária, 2021.

SANTOS, Elisabete Figueroa dos; SCOPINHO, Rosemeire Aparecida. Fora do jogo?: jovens negros no mercado de trabalho. Arq. bras. psicol., Rio de Janeiro, v. 63, n. spe, p. 26-37, 2011. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672011000300004&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 09 out. 2022.

MINAYO, Maria; SANCHES, Odécio. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? Cadernos de Saúde Pública, 9(3): 239-262, 1993.

PEREIRA, Adriana Soares; SHITSUKA, Dorlivete Moreira; PARREIRA, Fabio José; SHITSUKA, Ricardo. Metodologia da Pesquisa Científica. [S. l.: s. n.], 2018.

SANTIAGO, Maria Laiany; FILGUEIRA, Thayonara Izabel; MARTINS, Júnia. Sangue no Jornal: Jornalismo Policial e Sensacionalismo na Internet. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, [s. l.], 8 jul. 2022. Disponível em: <https://www.portalintercom.org.br/anais/nordeste2018/resumos/R62-0593-1.pdf>. Acesso em: 30 set. 2022.

SANTOS, Wéllia Pimentel. HISTÓRIA, CULTURA E INTOLERÂNCIA ACERCA DAS RELIGIÕES DE MATRIZES AFRICANAS NO BRASIL. Revista de Estudos de Cultura, [s. l.], p. 7-7, 26 fev. 2020. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/revec/article/view/13132>. Acesso em: 18 ago. 2022.

Silvia Ramos et al. Negro trauma: racismo e abordagem policial no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: CESeC, 2022.

SUZANO, Débora da Silva. Um quadro de desigualdade: Levantamento e análise do acesso a arte na cidade do Rio de Janeiro. 44º Encontro Anual da ANPOCS: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, [s. l.], 19 mar. 2021. Disponível em: <https://anpocs.com/index.php/encontros/papers/44-encontro-anual-da-anpocs/spg-7/spg05-6/12581-um-quadro-de-desigualdade-levantamento-e-analise-do-acesso-a-arte-na-cidade-do-rio-de-janeiro?format=html&path=44-encontro-anual-da-anpocs/spg-7/spg05-6>. Acesso em: 28 set. 2022.

VELOSO, Sérgio; SANTIAGO, Vinícius. Mobilidade Urbana e o impacto da violência na vida das favelas no Rio de Janeiro. In: Mobilidade Urbana e o impacto da violência na vida das favelas no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Heinrich Boll Stiftung, 9 jul. 2018. Disponível em: <https://br.boell.org/pt-br/2018/07/09/mobilidade-urbana-e-o-impacto-da-violencia-na-vida-das-favelas-no-rio-de-janeiro-0>. Acesso em: 28 jun. 2022.

WALLERSTEIN, I. As tensões ideológicas do capitalismo: universalismo versus racismo e sexismo. In: BALIBAR, É; WALLERSTEIN, I. Raça, nação, classe: as identidades ambíguas. São Paulo: Boitempo, 2021.